

**FUCAPE PESQUISAS, ENSINO E PARTICIPAÇÕES LTDA – FUCAPE
RJ**

VERÔNICA DA SILVA MACIEL

**A RELAÇÃO ENTRE EFICÊNCIA, ESTABILIDADE E REPUTAÇÃO
NA CAPTAÇÃO E GERAÇÃO DE RECURSOS NAS INSTITUIÇÕES
DO TERCEIRO SETOR**

RIO DE JANEIRO

2018

VERÔNICA DA SILVA MACIEL

**A RELAÇÃO ENTRE EFICÊNCIA, ESTABILIDADE E REPUTAÇÃO
NA CAPTAÇÃO E GERAÇÃO DE RECURSOS NAS INSTITUIÇÕES
DO TERCEIRO SETOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda (FUCAPE-RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Moraes da Costa

RIO DE JANEIRO

2018

VERÔNICA DA SILVA MACIEL

**A RELAÇÃO ENTRE EFICÊNCIA, ESTABILIDADE E REPUTAÇÃO
NA CAPTAÇÃO E GERAÇÃO DE RECURSOS NAS INSTITUIÇÕES
DO TERCEIRO SETOR**

Dissertação (Tese) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda (FUCAPE-RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 24 de outubro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.: FÁBIO MORAES DA COSTA

Fucape Pesquisas, Ensino e Participações LTDA (FUCAPE-RJ)

Prof. Dr.: DANIEL MODENESI DE ANDRADE

Fucape Pesquisas, Ensino e Participações LTDA (FUCAPE-RJ)

Prof. Dra.: MARCIA JULIANA D'ANGELO

Fucape Pesquisas, Ensino e Participações LTDA (FUCAPE-RJ)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e vocação e pela realização deste estudo. A minha família especialmente aos meus pais *in memória*: **Maria Elizete da Silva e Djalma Pedro Maciel**, aos quais dedico esta conquista.

A minha família religiosa, a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, pelo apoio e incentivo.

Ao professor Dr. Fábio Costa, meu orientador, receba meu eterno agradecimento por sua dedicação e atenção no desenvolvimento deste trabalho, como também por sua amizade e convivência acadêmica que em muito contribuiu para o meu aprendizado e crescimento profissional.

Aos professores da FUCAPE que fazem parte do Programa de Mestrado Profissional de Ciências Contábeis, agradeço a partilha dos conhecimentos e experiências transmitidas.

Aos colegas de turma do Curso de Mestrado 2016/01, minha gratidão pelo convívio e troca de experiências e informações.

À FUCAPE - RJ, agradeço por propiciar condições necessárias para a realização do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis.

Enfim, minha eterna gratidão a todos que me ajudaram a percorrer o caminho do saber e da aprendizagem.

"Amar a Deus e ser por Ele
amado, é o máximo saber".

(Pe. Siqueira)

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre os fatores de eficiência, estabilidade e reputação com a captação e geração de recursos nas Instituições sem fins lucrativos, portadoras do título de Utilidade Pública. Baseada em estudos anteriores, a abordagem metodológica utilizada foi empírica positivista. A seleção dos dados considera a coleta de dados não estruturados enviados ao Ministério da Justiça, pelas Instituições, como prestação de contas, pelo sistema, conhecido como CNEs/MJ (Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça), para o período de 2010 a 2014. As variáveis dependentes são: Doação, Recursos Próprios e Captação de Recursos. As variáveis independentes são os fatores de eficiência, estabilidade e reputação, conforme fundamentos teóricos de Trussel e Parsons (2007). Os fatores foram identificados por meio da análise fatorial, com base em indicadores pré-existentes na literatura e formados a partir das informações extraídas dos relatórios contábeis. Os resultados obtidos indicam que a captação e a geração de recursos são influenciados de forma significativa pelos fatores de eficiência, estabilidade e reputação e ressaltam a relevância da informação e do profissional contábil no processo de geração e captação de recurso. As evidências encontradas mostram-se alinhadas com a literatura e contribuem para identificação de ações e posicionamento que favoreçam um maior desenvolvimento das atividades que promovem a captação e geração de recursos das Instituições do Terceiro Setor.

Palavras chaves: Terceiro Setor; Doação; Captação de Recursos; Eficiência; Reputação.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between the factors of efficiency, stability and reputation with the capture and generation of resources in the nonprofit institutions, bearers of the title of Public Utility. Based on previous studies, the methodological approach used was empirical positivist. The selection of data considers the collection of unstructured data sent to the Ministry of Justice, by the Institutions, as accountability, by the system, known as CNE / MJ (National Registry of Public Utility Entities of the Ministry of Justice), for the period from 2010 to 2014. The dependent variables are: Donation, Own Resources and Funding. The independent variables are the factors of efficiency, stability and reputation, according to the theoretical foundations of Trussel and Parsons (2007). The factors were identified through the factorial analysis, based on pre-existing indicators in the literature and formed from the information extracted from the accounting reports. The results obtained indicate that the capture and generation of resources are significantly influenced by efficiency, stability and reputation factors and highlight the relevance of the information and the accounting professional in the process of generation and capture of resources. The evidence found is in line with the literature and contributes to the identification of actions and positioning that favors a greater development of the activities that promote the capture and generation of resources of the Institutions of the Third Sector.

Keywords: Third Sector; Donation; Fund-raising; Efficiency; Reputation.

LISTA DE SIGLAS

ADMIN: Taxa administrativa
AGE: Idade da Organização
ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEBAS: Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CNEs: Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública
CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONCEN: Concentração de Receita
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CPC: Comitê de Pronunciamentos contábeis
DEA: Análise Envoltória de Dados
EQUITY: Adequação do Patrimônio Social Líquido
FASFIL: Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FASB: Financial Accounting Standard Board
FONIF: Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas
FUND: Despesa com Captação de Recursos
FUNDCONT: Índice de Eficiência de Captação de Recursos
GRANTS: Subvenções Governamentais
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRS/SOI: International Revenue Service/Statistics of Income
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LN: Logaritmo Natural
MARGIN: Margem Operacional
MJ: Ministério da Justiça
NBC T: Norma Brasileira de Contabilidade
NCSS/Guide Star: Base de dados National Nonprofit Research data base elaborada e disponibilizada pelo National Center for Charitable Statistics
ONG: Organização Não Governamental
OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTHREV: Outras Receitas
PRICE: Preço
PROG: Taxa com Programas
PROGREV: Receitas com Programas
SIZE: Tamanho da Organização
UPF: Utilidade Pública Federal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de amostra por ano	44
Tabela 2: Estatística Descritiva	49
Tabela 3: Matriz de Correlação	51
Tabela 4: Análise Fatorial.....	53
Tabela 5: Análise Fatorial - Após Exclusão das Variáveis Size e Concen	54
Tabela 6: Modelo 1 – Coeficientes da Regressão.....	55
Tabela 7: Modelo 2 – Coeficientes da Regressão.....	58
Tabela 8: Demonstrativo de Resultados Esperados e Obtidos	59
Tabela 9: Modelo 3 – Coeficientes da Regressão.....	60
Tabela 10: Demonstrativo de Resultados Esperados e Obtidos	61

SUMÁRIO

Capítulo 1	10
1. INTRODUÇÃO	10
Capítulo 2	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 TERCEIRO SETOR	16
2.2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS NAS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	18
2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA E O TERCEIRO SETOR	20
2.4 AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E O TERCEIRO SETOR	22
2.5 ACCOUNTABILITY E AS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	25
2.6 FATORES: EFICIÊNCIA, ESTABILIDADE, REPUTAÇÃO E DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO	26
2.6.1 Fator de eficiência	27
2.6.2 Fator de estabilidade	29
2.6.3 Fator Disponibilidade e Qualidade da Informação	31
2.6.4 Fator de Reputação	32
2.7 Estudos anteriores realizados sobre os fatores (eficiência, estabilidade, disponibilidade da informação e reputação) e as variáveis.	34
2.8 Hipóteses	41
Capítulo 3	43
3. METODOLOGIA	43
3.1 Dados e população amostral	44
3.2 modelo empírico e VARIÁVEIS	45
Capítulo 4	48
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
4.1 ANÁLISE FATORIAL	53
4.2 ANÁLISE DAS REGRESSÕES	55
Capítulo 5	63
5. CONCLUSÕES	63
REFERÊNCIAS	65

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é verificar se os fatores de eficiência, estabilidade e reputação são capazes de impactar a captação e a geração de recursos das Instituições sem fins lucrativos, que compõem o Terceiro Setor no cenário nacional.

Diferente do Segundo Setor, que visa o lucro, a razão de ser das instituições do Terceiro Setor é a ***promoção do bem-estar social***. Os recursos que são administrados nestas instituições, originam-se de diversas fontes tais como: patrimônio, prestação de serviços, doações, subvenções pública, contribuições e outras (ABONG, 2014).

Observa-se que o Terceiro Setor no período de 2010 a 2016 apresentou significativo crescimento. De acordo com os dados do IBGE em 2010, existiam cerca de 290 mil instituições sem fins lucrativos reconhecidas oficialmente. Em 2016, a quantidade, legalmente constituída, correspondia a 820 mil. (LOPEZ, 2018).

Em pesquisa científica desenvolvida pela FONIF (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas), para o período de maio de 2015 a junho de 2016, na qual buscou-se analisar a relevância e o impacto das imunidades destas instituições, para a sociedade, bem como procurou entender qual o papel destas organizações como executoras de políticas públicas e da seguridade social: saúde, educação e assistência social. Os achados da referida pesquisa, indicam que para cada R\$ 1,00 (Um real) oferecido pelo Estado como imunidade a essas Instituições, há um retorno de R\$ 6,00 (seis reais) em benefícios entregues à população.

Este estudo se propõe a contribuir com as instituições do Terceiro Setor, buscando construir "pontes" e evidências entre a informação contábil e a captação e geração de recursos. As informações contábeis, são consideradas essenciais para a realização desta pesquisa.

Neste estudo, a eficiência é entendida como o modo que se dá a utilização dos recursos captados na consecução dos objetivos institucionais (TINKELMAN; MANKANEY, 2007). Estabilidade, capacidade de a organização continuar operando em cenários de crise econômica (TRUSSEL; PARSONS, 2007). A reputação é vista como reflexo da aceitabilidade e confiabilidade dos serviços e das ações sociais desenvolvidas pelas instituições (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Para atingir o objetivo, os dados foram coletados do Sistema de Prestação de Contas do Ministério da Justiça, conhecido como CNEs/MJ, para o período de 2010 a 2014. A amostra é composta pelas instituições sem fins lucrativos, detentoras do Título de Utilidade Pública Federal. Os fatores, foram mensurados por meio das informações contábeis e identificados através da análise fatorial, baseado em conceitos pré-existentes na literatura.

Os resultados indicam que os fatores de eficiência, estabilidade e reputação afetam significativamente a captação e a geração recursos, logo as informações contábeis são fundamentais para o êxito do processo. Os resultados revelam que pela via da eficiência é possível verificar e escolher a melhor forma da instituição aplicar os recursos na consolidação dos objetivos Institucionais.

A estabilidade possibilita a aplicação de técnicas e gestão que favoreça o desempenho adequado dos programas e ações sociais desenvolvidas. A reputação reforçará a imagem da Instituição no que tange a credibilidade e confiabilidade,

como também poderá dinamizar a criatividade no desenvolvimento de novas formas de gerar e captar recursos de forma sustentável.

A presente pesquisa estar alinhada com os estudos (WEISBROD; DOMINGUES, 1986; CALLEN, 1994; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; KHANNA; SANDLER, 2000; OKTEN; WEISBROD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; MARUDAS; JACOBS, 2009). No Brasil, estudos anteriores também tangenciaram a temática do Terceiro Setor (CRUZ; CORRAR; SLOMKI, 2008; CRUZ, 2010; MILANI FILHO, 2011; CUNHA; MATIAS-PEREIRA, 2012; MEDEIROS; GALVÃO; OLIVEIRA, 2015), pois tratam da relação entre as informações contábeis e as doações captadas.

Ressalta-se, porém, que nenhum dos trabalhos nacionais ou também os internacionais citados no parágrafo anterior, tratou da análise da relação dos fatores de eficiência, estabilidade e reputação com a captação e a geração de recursos. A maioria, desenvolveu seus estudos procurando analisar a relação das informações contábeis com as doações. Portanto, nosso diferencial é a análise da relação dos fatores extraídos dos relatórios contábeis com a geração e captação de recursos.

Este artigo busca, contribuir com evidências empíricas que podem fornecer informações, dados e análises que fomentem o desenvolvimento e o fortalecimento do Terceiro Setor na captação e geração de recursos, além de identificar quais fatores podem ser determinantes neste processo.

A pesquisa encontra-se estruturada em cinco seções, além da introdução, na seção 2, apresenta-se a Revisão de Literatura que fundamenta a questão de pesquisa, hipóteses e modelo. Na seção 3, aborda-se o método de pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados. Na seção 4 se discute os resultados e

análises e a última seção traz as conclusões, as limitações da pesquisa, bem como oportunidade de futuras pesquisas.

Capítulo 2

2. REVISÃO DE LITERATURA

A captação e a geração de recursos no Terceiro Setor, são os meios pelos quais, as Instituições têm para prover a sua continuidade e a sustentabilidade das suas ações. A busca pela sustentabilidade, especialmente a econômica tem despertado as Instituições a intensificarem o desenvolvimento de uma gestão mais eficaz, voltadas a auferir resultados que fortaleçam a missão, os valores e os objetivos institucionais. Kisil (2002) ao conceituar sustentabilidade afirma que ela “ é a capacidade de a Instituição consolidar e incrementar sua interação com a sociedade”. Interação que passa pelos contextos ambiental, político e social.

Além do conceito de sustentabilidade Kisil (2002), apresenta considerações sobre o valor agregado produzido pelas instituições sem fins lucrativos, destacando que essas organizações desenvolvem dois valores, onde o primeiro se refere ao **valor econômico**, que abrange o campo da gestão e da eficiência dos recursos (humano e financeiro). O segundo, refere-se ao **valor social**, que abrange o campo da gestão e da eficácia organizacional que envolve a missão, os resultados, as parcerias e alianças.

Para Fowler, Goold e James (1995), a gestão eficaz e eficiente dos recursos dessas instituições, requer conhecimento das diversas vertentes: financeira, material e humana pelos responsáveis pela gestão.

No atual contexto brasileiro, o qual passa por uma recessão que atinge todos os setores da economia, a sustentabilidade e a gestão das instituições do Terceiro Setor, atravessa momentos de dificuldades e de significativas restrições de recursos,

logo o desenvolvimento de meios e indicadores que favoreça a otimização dos recursos, constitui-se fator determinante para a continuidade e sobrevivência. Consequentemente o princípio da "continuidade" passa pela capacidade das Instituições se tornarem cada vez mais transparentes (SANTOS; SILVA, 2008).

Gandía (2009), afirmava que a divulgação de informações é a chave para a construção de um ambiente mais eficiente e sustentável, pois a divulgação de informações relevantes cria confiança e melhora as decisões sobre financiamentos e investimentos.

A transparência conduz a busca de ações que possibilitam a prestação de contas de todos os recursos administrados, a qual se construída com a finalidade de demonstrar a aplicação efetiva dos recursos nas finalidades Institucionais (LECLERC et al., 1996), transforma-se em fator determinante para geração e captação de recursos. Nesta mesma direção é imperativo que as instituições forneçam informações sobre as atividades desenvolvidas e demonstrem como atingiu seus objetivos (CONNOLLY; HYNDMAN; MCCONVILLE, 2013).

Ryan e Irvine (2012), destacam sua preocupação com a responsabilidade e a transparência do Setor em relação a alocação de despesas entre sua missão e as outras despesas, como também na administração, na captação e aplicação dos recursos (HAGER; FLACK, 2004; GETTLER, 2007). Para Glaeser (2003), a credibilidade de uma instituição perante seus mantenedores e potenciais doadores torna-se, portanto, "um valioso bem".

2.1 TERCEIRO SETOR

No Brasil, para identificar e caracterizar as entidades do Terceiro Setor, são utilizados conceitos extraídos de estudos nacionais desenvolvidos pela FASFIL (Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos).

As terminologias mais conhecidas são: Entidades sem fins Lucrativos, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil (OS), Entidades Benéficas e Organizações Filantrópicas (OLAK; NASCIMENTO, 2006). Outras designações equivalentes são conhecidas internacionalmente tais como: Setor Voluntário (Reino Unido), Setor não Lucrativo (Estados Unidos), Economia Social (Europa Continental) e Organizações Não Governamentais (Países da América do Sul). (SANTOS, 1999; FERREIRA, 2009).

Diante da significativa diversidade em relação à identificação e à classificação das Organizações, adotamos como referência as definições conceituais estabelecidas na literatura especialmente, FASFIL/IBGE (2012) e Copni/ONU (United Nations, 2018), citados por Lopez, 2018, que considera instituições do Terceiro Setor as que se enquadram simultaneamente nos cinco critérios:

- a) são privadas e não estão vinculadas jurídica ou legalmente ao Estado;
- b) não possuem finalidades lucrativas, ou seja, não distribuem o excedente entre proprietários ou diretores, e, se houver geração de superávit, este é aplicado em atividades fim da Organização;
- c) são legalmente constituídas, ou seja, possuem personalidade jurídica;
- d) são autoadministradas e gerenciam suas próprias atividades de modo autônomo;
- e) são constituídas de forma voluntárias por indivíduos, e as atividades que desempenham são de livre escolha por seus responsáveis (LOPEZ, 2018).

No cenário nacional o Terceiro Setor é composto por Pessoas Jurídicas de Direito Privado, constituídas de acordo com o artigo 44 do Código Civil Brasileiro.

As formas associativas mais comuns são: Associações, Fundações, Organizações Religiosas, Conselhos de classe, Partidos Políticos e outros (BRASIL, 2002).

No Brasil, estas instituições estão distribuídas da seguinte forma: 40% estão no Sudeste, 25% no Nordeste, 19% no Sul, 8% no Centro Oeste e no Norte 8%. Em relação ao quantitativo e finalidade demonstraremos a seguir, conforme Quadro 1.

Finalidade das Organizações	Total	Em relação ao total	Em relação ao grupo
Saúde	6.841	0,8	100
Hospitais	2.646	0,3	38,7
Outros serviços de saúde	4.195	0,5	61,3
Cultura e recreação	79.917	9,7	100
Esportes e recreação	55.246	6,7	69,1
Cultura e arte	24.671	3	30,9
Educação e pesquisa	39.669	4,8	100
Educação infantil	8.381	1	21,1
Estudos e pesquisas	1.268	0,2	3,2
Educação profissional	972	0,1	2,5
Ensino médio	1.941	0,2	4,9
Ensino fundamental	9.509	1,2	24
Educação superior	3.242	0,4	8,2
Outras formas de educação/ensino	6.208	0,8	15,6
Atividades de apoio à educação	8.148	1	20,5
Assistência social	27.383	3,3	100
Assistência social	27.383	3,3	100
Religião	208.325	25,4	100
Religião	208.325	25,4	100
Associações patronais e profissionais	22.261	2,7	100
Associações profissionais	14.276	1,7	64,1
Associações empresariais e patronais	7.985	1	35,9
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	339.104	41,3	100
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2,3	100
Total	820.186	100	100

Quadro 1: Número de Instituições, segundo a finalidade de atuação

Fonte: Elaborado pelo IPEA (LOPEZ, 2018)

As instituições do Terceiro Setor, após serem constituídas formalmente de acordo com o Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002), podem requer títulos, qualificações e certificados no âmbito federal, estadual e municipal. Os títulos e certificados mais conhecidos são: Título de Utilidade Pública Federal (UPF),

atualmente substituído pela Lei 13.019/2014; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) regulado pela Lei 12.101/2009; Qualificação como Organização Social (OS); e Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A obtenção dos títulos e certificados possibilitam o gozo de isenção e imunidade de impostos e contribuições.

2.2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS NAS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

A captação de recursos é aqui entendida como todo esforço que as instituições, realizam para financiar seus projetos e atividades. As fontes de receitas destas instituições são recursos originados de doações realizadas por pessoas físicas, jurídicas, nacionais ou internacionais, convênios com ente público, subvenções governamentais, prestação de serviços e outras receitas.

Dentre todas as principais fontes de receitas destaca-se a doação, que desde o início de toda ação filantrópica, constitui a principal receita, a qual segundo Weisbrod e Domingues (1986), ... " é de suma importância". O conceito de doações privadas é entendido como investimento no Terceiro Setor, conforme estudos desenvolvidos por (OKTEN, WEISBORD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; JACOBS; MARUDAS, 2009).

Em 2010, de acordo com o banco de dados utilizado nesta pesquisa, as Instituições que enviaram suas prestações de contas ao CNEs/MJ, totalizam 4.648, destas 7% apresentam como principal fonte de recurso a prestação de serviços; 3% apresentam dependência exclusiva das parcerias e subvenções governamentais e 3% sobrevivem unicamente de doações, enquanto que 87% apresentam diversidade nas fontes de recursos e a maioria possuem três ou mais fontes de

receita, ou seja a sustentabilidade se realiza por meio do desenvolvimento de mais de uma fonte de recursos.

A diversidade de fonte de receita, de acordo com Trussel e Parsons (2007), revela menor risco em relação aos abalos financeiros decorrentes das crises econômicas.

As receitas consideradas próprias, são aquelas auferidas a partir do esforço da organização, seja por meio da prestação de serviços, comercialização de produtos específicos, seja por meio de outras fontes. As receitas de doações, conhecida também como investimento privado referem-se a todos os tipos de doações auferidas pelas organizações, naquele exercício fiscal.

A geração de receita pelas Instituições do Terceiro Setor requer delas capacidade profissional, gestão e administração eficiente, pois exige mais do que apenas convencimento da causa ou a benevolência dos doadores/investidores. A geração de receita passa pela capacidade operacional, pela qualidade dos serviços prestados e pela adesão dos potenciais beneficiados.

Na visão de Catelli (2011), para a organização ser considerada eficiente, ela precisa ter a capacidade de produzir o que está programado, utilizando a menor quantidade de recursos. Já para Parsons (2003), a eficiência é definida como a forma como as organizações direcionam os recursos disponíveis para atingir a missão que se propuseram.

A capacidade de gerar receitas, tornou-se um grande avanço para as instituições que se destacam em organização, gestão e resultados, pois para alcançar tais objetivos elas precisam demonstrar significativo desenvolvimento profissional e organizacional.

A Rede GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresa (2009), ao fazer referência sobre o crescimento do investimento privado nas ações sociais destacam que tal crescimento, está vinculado a crescente preocupação das partes interessadas em relação aos controles, transparência, gestão e prestação de contas destas organizações para a sociedade e órgãos fiscalizadores. A ampliação e diversificação das fontes de captação de recursos apresenta-se como oportunidade para as instituições proverem a sustentabilidade organizacional.

2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA E O TERCEIRO SETOR

No universo corporativo, especialmente no que tange a "Governança", identifica-se diversas ferramentas ou instrumentos que promovem maior eficácia no processo de gerenciamento, planejamento e avaliação, os quais podem reduzir de modo significativo os "conflitos de interesses" e controlar as ações dos gestores e alinhar seus interesses aos objetivos da Instituição.

Hilb (2009), afirma que a governança nas Instituições sem fins lucrativos é uma prática recente e é utilizada para se reportar as funções de direção e de controle. Mesmo tendo finalidade diferente das Empresas lucrativa, que são controladas por proprietários ou acionistas, as instituições sem fins lucrativos, possuem finalidades específicas, também enfrentam conflitos de interesses entre gestores de diferentes níveis ou entre financiadores e gestores (HILB, 2009).

Dessa forma, Rassart e Miller (2013), defendem que as instituições sem fins lucrativos devem não somente ser bem governadas, mas precisam ser vistas como tal, especialmente nas questões que envolve a gestão e a captação de recursos.

Bradshaw e Hayday (2007), na revisão da literatura normativa e acadêmica sobre a governança nas instituições sem fins lucrativos, identificaram que não existe um consenso sobre a forma ideal de governança, o que não impediu a identificação de possíveis modelos que podem ser implementados, os quais se referem as dimensões conservadora/inovadora e unitária/ plural.

Baseado na pesquisa desenvolvida com 112 Organizações sem fins lucrativos na Flórida (EUA) os pesquisadores Hodge e Piccolo (2011), observaram que as instituições que apresentaram maior desempenho de forma sustentável possuíam um conselho (curador ou deliberativo) com efetiva participação no planejamento estratégico e no acompanhamento na aplicação dos recursos.

Para Pinto (2003), as Instituições do Terceiro Setor poderiam ser provedoras de modelos de governança que viabilizem a flexibilização organizacional e busquem adotar uma linha administrativa com ênfase no contexto de gestão participativa.

No Brasil, a governança corporativa, segue às práticas indicadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC,2009), as quais são fundamentadas em quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (sustentabilidade). Os conceitos destes princípios são brevemente apresentados a seguir, segundo abordagem de Rossetti (2011).

a) A transparência, resultaria da confiança nas relações internas, quanto das relações externas com terceiros ou qualquer outro. A transparência deve contemplar todos os fatores que norteiam a ação gerencial e não só contemplar o desempenho econômico-financeiro (IBGC, 2009).

b) A Equidade, identifica-se pelo tratamento justo de todas as partes interessadas (Stakeholders). Nesta direção, as atitudes ou políticas discriminatórias, são consideradas como inaceitáveis diante deste conceito (IBGC, 2009).

c) A Prestação de Contas (*Accountability*), refere-se aos agentes de governança, os quais devem prestar contas de sua atuação, responsabilizando-se pelos seus atos como também suas omissões (IBGC, 2009).

d) Responsabilidade Corporativa (sustentabilidade), indica que os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, buscando a continuidade de suas atividades, incorporando fundamentos de ordem social e ambiental na definição dos seus programas, projetos e operações (IBGC, 2009).

Especificamente a nível internacional, as práticas de governança para as instituições do Terceiro Setor, podem ser encontradas no documento "Good Governance" - A Code for the Voluntary e Community Sector. Este documento, construindo por um grupo que integra representantes de várias organizações sediadas na Inglaterra, apresenta seis princípios que devem ser observados por todos que exercem funções de liderança: Compreensão clara do respectivo papel Institucional; Compromisso com os propósitos da Organização; Desenvolvimento de pessoas e de equipe; Controle efetivo da Organização; Postura de integridade, ética e transparência nas informações para os públicos internos e externos.

2.4 AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E O TERCEIRO SETOR

A informação contábil no âmbito do Terceiro Setor, constitui-se fundamento para a transparência e para a confiabilidade, uma vez que as Instituições que pertencem a este setor desenvolvem atividades ligadas as questões de interesse

público e social. Com o desenvolvimento da técnica contábil, a contabilidade tem se revelado protagonista de ações que tem fomentado o crescimento e a sustentabilidade das Instituições sem fins lucrativos. Nas últimas décadas, os Órgãos reguladores têm apresentado relevante interesse e tem intensificado o desenvolvimento de Normas e Técnicas aplicadas às Instituições do Terceiro Setor.

Em pronunciamento, realizado em maio de 2016, o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, ressaltou que a contabilidade, como ciência social, possui os meios necessários para demonstrar as atividades realizadas pelas instituições sem fins lucrativos e registrar os fatos e a destinação dos recursos arrecadados, dando-lhe credibilidade e confiabilidade.

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), regulamenta os procedimentos contábeis aplicáveis as instituições do Terceiro Setor, por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade. As Normas que abordam as questões específicas das organizações do Terceiro setor são: NBC T 10. e a NBC T 10.4 que foi aprovada Resolução CFC nº 837, de 22 de fevereiro de 1999 e a NBC T 10.18, pela Resolução nº 838, de 23 de fevereiro de 1999.

Em 2000, foi editada outra Norma destinada as Organizações sem finalidade de lucro é a NBC T 10.19, regulamentada pela Resolução CFC nº 877, de 18 de abril de 2000, entretanto, estas três resoluções foram revogadas pela Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou também a ITG 2002, a qual atualmente é a que está em vigor. A ITG 2002, estabelece critérios e procedimentos específicos para avaliação e reconhecimento das transações, como também para as variações patrimoniais e de estruturação do Terceiro Setor.

A relevância da informação contábil é definida pelo FASB (CFC, 2011), como a informação que " é capaz de fazer a diferença numa decisão por auxiliar os

usuários na previsão dos resultados de eventos passados, presentes e futuro ou na confirmação ou correção de expectativas anteriores".

Para o CPC (2011) - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a relevância da informação contábil segue a mesma definição do FASB, a qual considera que a sua relevância está no poder de influenciar na tomada de decisão.

Em abordagem desenvolvida por Cruz (2010), a informação contábil pode afetar ou influenciar o processo de decisão econômica dos seus usuários, externos ou internos.

Estudos desenvolvidos por Weisbrod e Dominguez (1986), Callen (1994), Khanna, Posnett e Sandler (1995), Frumkin e Kim (2001), Trussel e Parsons (2007), Jacobs e Marudas (2009), Cruz (2010) e Medeiros, Galvão e Oliveira (2015), dentre outros, buscaram analisar a hipótese de identificar fatores que poderiam ser encontrados nos relatórios financeiros, que poderia impactar as doações auferidas pelas Instituições do Terceiro Setor.

Os achados dos estudos acima mencionados, indicam que quatro fatores são capazes de impactar as doações: eficiência, estabilidade, disponibilidade da informação e reputação, ressaltando a importância dos relatórios contábeis para as Organizações do Terceiro Setor, pois além de afetar e influenciar elas são determinantes.

Assim, é imperativo e urgente o desenvolvimento e a disponibilização de canais que possam tornar acessíveis e públicas as informações contábeis das Instituições do Terceiro Setor, pois no Brasil, praticamente não existem Órgãos que disponibilizam estes dados para consulta ou desenvolvimento de pesquisas.

Outro destaque e atenção recai, sobre o profissional da contabilidade, o qual torna-se protagonista da construção da relação entre a Instituição e a sociedade de forma geral, apresentado a contribuição destas Instituições de forma qualitativa e quantitativa.

2.5 ACCOUNTABILITY E AS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

A prática da *accountability* nas Instituições sem fins Lucrativos, para este estudo, torna-se necessária, pois além de desenvolver ferramentas que possibilitam o desenvolvimento de controle e transparência, envolve também a prestação de contas, o que ajudará o fortalecimento e consolidação dos fatores de eficiência, estabilidade e reputação no processo de geração e captação de recursos. Muitos autores usam diferentes significados para conceituar e definir a *accountability*.

AUTORES	DEFINIÇÕES DE ACCOUNTABILITY
Kearns (1994;1996,).	O autor distingue as definições de <i>accountability</i> restritas (narrow), centradas na capacidade de uma organização dar resposta a uma autoridade superior, cumprindo normas explícitas, de definições amplas (broad) que contemplam a abertura por parte das organizações ao escrutínio público, respeitando normas implícitas e subjetivas.
Edwards e Hulme (1995, p.9)	<i>Accountability</i> consiste nos “meios pelos quais indivíduos e organizações reportam a uma, ou mais, autoridade(s) reconhecida(s) e são responsabilizados pelas suas ações”.
Fox e Brown (1998)	<i>Accountability</i> reporta-se ao processo de responsabilizar os atores pelas ações.
Cornwall, Lucas e Pasteur (2000)	<i>Accountability</i> tanto é “ser responsabilizado pelos outros”, como “assumir a responsabilidade sobre si mesmo”.
Ebrahim (2003a, p. 815)	<i>Accountability</i> “pode ser definida não só como os meios através dos quais indivíduos e organização são responsabilizados pelas ações, mas também (...) assumem a responsabilidade interna para moldar os valores e a missão organizacional, para se abrirem ao escrutínio público e para avaliarem o seu desempenho em relação aos objetivos”.
Murtuza (2012, inspirado nas concepções desenvolvidas por Scheldler(1999) e Goetz e Jenkins (2002).	<i>Accountability</i> , consiste no direito de ser evoluído em todas as fases e níveis do ciclo de gestão de desempenho de uma organização. Qualquer parte interessada pode ter direito de participar no processo de gestão de desempenho de uma organização por diversas razões.

Quadro 2: Definições de *Accountability*

Fonte: Ruela; Albuquerque,(2016).

A transparência que deve perpassar toda relação entre as Instituições e a sociedade, governo, beneficiários e doadores, está ligada a capacidade de a Organização praticar a *accountability*, que refletirá diretamente no nível de confiança dos seus intervenientes (STEWART, 1984; LAWRY, 1995; TINKELMAN; DONABEDIAN, 2009; ALEXANDER, 2010), como também na credibilidade da Instituição junto a sociedade (MCGANN; JOHNSTONE, 2006).

Segundo Koslinski (2007), a prestação de contas ou *accountability*, pode ser classificada como funcional e estratégica. A funcional, refere-se aos relatórios financeiros, uso de recursos, eficiência e lisura. A estratégica, está relacionada com seu impacto e sua performance, a médio prazo na comunidade em que está inserida, ou seja, pode ser também identificada como a *accountability* do desempenho.

Ebrahim (2009), ao discutir a natureza normativa dos debates sobre os processos de *accountability*, identificou três grandes categorias importantes para as Instituições do Terceiro Setor: (i) a **governança organizacional**, centrada no papel dos conselhos de administração; (ii) a **performance**, focada na demonstração de resultado o qual está fortemente relacionada a terceira categoria; e (iii) a **missão organizacional**. Centrada nos objetivos Organizacionais. Cada categoria corresponde a um “regime” de *accountability*.

2.6 FATORES: EFICIÊNCIA, ESTABILIDADE, REPUTAÇÃO E DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

A temática deste estudo, volta-se para identificação dos fatores que podem contribuir para otimização e ampliação da capacidade de a instituição gerar e captar recursos. Os Fatores contemplados na atual pesquisa, segundo abordagem de

Trussel e Parsons (2007), são os de: eficiência, estabilidade, disponibilidade da Informação e reputação.

A seguir, são apresentados os conceitos e definições dos fatores, como também das variáveis que compõem os fatores conforme os conceitos utilizados por Trussel e Parsons (2007).

2.6.1 Fator de eficiência

Trussel e Parsons (2007), definem a eficiência como o programa para o qual as instituições direcionam sua disponibilidade financeira para a missão da Organização. Parsons (2003), sugere que a eficiência nas organizações do Terceiro Setor pode ser definida como o grau de direcionamento dado aos recursos disponíveis para o cumprimento de sua missão.

Na mesma direção, Tinkelman e Mankaney (2007), afirmam que essa eficiência pode ser chamada de eficiência administrativa, onde é entendida como se dá a utilização dos recursos captados na consecução dos objetivos Institucionais.

Para fazer medição do fator de eficiência, os pesquisadores utilizam três *proxies*: preço (*PRICE*), taxa com programas (*PROG*) e taxa administrativa (*ADMIN*), todas amplamente exploradas também nos estudos de (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009).

Com base no conceito de Trussel e Parsons (2007), o preço (*PRICE*) é a variável que pode influenciar o doador ao fazer opção por uma entidade sem fins

lucrativos, pois ela representa a parcela média de cada contribuição que atinge os benefícios da organização.

O preço (*PRICE*), pode ser encontrado pela razão das despesas totais da Entidade e as despesas com programas, que representam os valores aplicados em atividades realizadas pela entidade para atingir os seus objetivos e a sua missão.

Conforme estudos anteriores (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009), espera-se que a relação entre o preço (*PRICE*) e as doações seja negativa, pois quanto maior a diferença entre as despesas totais com as despesas de programa, menor serão as doações recebidas.

A taxa de programa (*PROG*) é vista por Trussel e Parsons (2007), como o inverso da *PRICE*, pois representa o percentual de despesas com programas em relação ao total das despesas da instituição. Os autores, Baber, Roberts e Vivanathan (2001) e Roberts (2003), utilizam a métrica como alternativa ao uso da variável *PRICE*.

PROG é uma medida normalmente utilizada na avaliação das entidades de caridade, como também é aplicada para avaliar a eficiência de gerentes das Instituições sem fins lucrativos que experimentam mudanças nos volumes de recursos recebidos (BABER; ROBERTS; VIVANATHAN, 2001; ROBERTS, 2003). De acordo com a literatura, espera-se que a relação entre o *PROG* e as doações seja negativa, assim como na variável *PRICE*.

A outra variável que contribui para mensurar a eficiência da instituição é a taxa administrativa (*ADMIN*) corresponde ao percentual do total das despesas administrativas em relação ao total das despesas da instituição. Frumkin e Kim

(2001) não encontraram relação significativa na relação entre a taxa administrativa e as doações captadas pelas instituições.

Trussel e Parsons (2007), ao testarem essa variável, encontraram relação positiva entre a taxa de administração e as doações e, de acordo com os resultados encontrados, espera-se que a relação entre a taxa administrativa e as doações seja negativa.

2.6.2 Fator de estabilidade

A estabilidade financeira é definida como a capacidade de a instituição sem fins lucrativos continuar sua operação quando enfrenta problemas de restrição de recursos. Pois, além de saber que se instituição opera de modo eficiente, os doadores esperam saber se a organização tem condições de continuar operando no futuro (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Segundo Tuckman e Chang (1991), existem três variáveis que podem ser aplicadas para analisar a vulnerabilidade financeira de uma organização sem fins lucrativos: Adequação do patrimônio social líquido (*EQUITY*); Concentração de receita (*CONCEM*); e Margem operacional (*MARGIN*).

A primeira variável apresentada para medir a estabilidade é a variável (*EQUITY*) que significa, adequação do patrimônio líquido, o qual é calculado pela razão entre o ativo líquido e as receitas totais. Esta relação fornece uma medida do número de períodos que a receita de uma organização sem fins lucrativos atualmente está disponível.

No caso de uma queda temporária, ou dificuldade financeira, a instituição com maior acesso a fundos enfrentará menor risco de colapso. Assim para Trussel e

Parsons (2007), a entidade que possuir um valor alto de ativos líquido em relação à receita total pode ter maior capacidade em liquidar suas dívidas e obter créditos.

Em seguida a outra variável apresentada para a medição da concentração de receita é a (*CONCEN*), cujo conceito é a evidenciação do grau de concentração de receitas em relação às suas fontes. Na ótica de Trussel e Parsons (2007), as instituições que apresentarem índices pequenos de concentração de receitas, mostram-se mais vulneráveis a crises e dificuldades financeiras do que aquelas que apresentarem índices maiores.

Para o cálculo mais próximo da extensão e dispersão da receita, Tuckman e Chang (1991), afirmam que se existe apenas uma fonte de receita este índice é igual a 1. Trussel e Parsons (2007), recomendam que para identificar esse índice, é necessário realizar a soma das receitas por fonte, e o resultado deve ser dividido por pelo total das receitas da instituição. Em seguida, o resultado deverá ser elevado ao quadrado e, assim, chega-se a um índice da *CONCEN*, conforme fórmula proposta demonstrada a seguir.

$$CONCEN = \left[\frac{\sum Receita_por_Fonte}{Receita_Total} \right]^2$$

O resultado refletirá duas possibilidades: se o numerador da equação for igual ao denominador, significa que a instituição possui apenas uma fonte de receita. A segunda possibilidade é: quanto mais fontes existirem, melhor o resultado a ser encontrado, representando a solidez financeira da Instituição ou a sua vulnerabilidade como indica Greenlee e Trussel (2000), ao afirmar que a concentração de receita é um indicador significativo que reflete a vulnerabilidade financeira da instituição.

A próxima medida é a margem operacional (*MARGIN*), que é calculada pela diferença das receitas e despesas, dividida pelas receitas ((receitas - despesas) / receita). É uma medida que quanto maior melhor, pois mostra que a Instituição dificilmente será abalada economicamente e passaram com tranquilidade por eventuais crises ou restrições financeiras inesperadas (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

De acordo com as evidências encontradas em estudos anteriores, espera-se que as entidades que apresentarem margem operacional mais alta, captarão mais doações, do que aquelas que tiveram nível mais baixo de margem operacional.

2.6.3 Fator Disponibilidade e Qualidade da Informação

A disponibilidade e a qualidade da informação, referem-se às variáveis que refletem a capacidade da Instituição manter informados os seus potenciais doadores, sobre a missão, seus objetivos e suas metas, como também dão visibilidade as informações referentes aos seus beneficiários.

Trussel e Parsons (2007), afirmam que é difícil mensurar diretamente a quantidade de informações recebidas pelos doadores, mas duas *proxies* são tipicamente utilizadas: despesas com captação de recursos (*FUND*), e o índice de eficiência da captação de recursos (*FUNDCONT*).

As despesas com captação de recursos (*FUND*), indica o quanto a instituição gastou com a captação de recursos e atividades afins, e demonstra o nível de disponibilidade de informações. No Brasil, mensurar esta variável, torna-se um desafio, pois as instituições sem fins lucrativos acabam por direcionar os recursos

captados nos próprios objetivos e na missão e não em divulgação de suas atividades (FERREIRA, 2009).

O outro indicador é a *proxies FUNDCONT*, que é o resultado da divisão das despesas com captação de recursos e as contribuições totais, ou seja, soma total de todos os esforços da Instituição em gerar e captar recursos (TRUSSEL; PARSONS, 2007). Reflete a relação entre o quanto foi gasto para realizar a captação de recursos, com o resultado que foi auferido com o desenvolvimento do programa ou com a campanha realizada.

$$\text{FUNDCONT} = \frac{\text{Despesas_com_captação}}{\text{Contribuições_totais}}$$

As variáveis *FUND* e *FUNDCONT*, foram aqui apresentadas devido à sua importância nos estudos de Trussel e Parsons (2007) e demais pesquisas que estão sendo utilizadas como referência, contudo, não serão utilizadas no presente trabalho, devido à impossibilidade de encontrar as informações necessárias para realizar os cálculos e mensurar as *proxies*.

2.6.4 Fator de Reputação

A reputação compõe o quarto fator do arcabouço conceitual proposto. É o fator que reflete a aceitabilidade e a confiabilidade nas atividades desenvolvidas ou nos serviços prestados pelas organizações do Terceiro Setor. Por meio deste fator, é possível identificar, segundo Trussel e Parsons (2007), se os doadores estão mais dispostos a fazer contribuições para as organizações que fornecem o melhor serviço.

A reputação está intimamente ligada à imagem a qual se relaciona diretamente com a aceitação, credibilidade, confiança. Para Barney (1991), a reputação figura como um recurso de valor ou vantagem que uma Instituição pode ter.

Para capturar essa relação Trussel e Parsons (2007) utilizam cinco medidas que podem evidenciar a reputação da Entidade: (*AGE*) Tempo de existência da Entidade; (*SIZE*) tamanho mensurado pelo total do ativo. É a medida que reflete a capacidade de a organização ser bem-sucedida na sua missão e atrair receitas, envolvendo as diversas formas de contribuição, doação e geração de recursos. O (*GRANTS*), é a medida que informa a existência de Subvenções Governamentais.

A relação com entes governamentais, obriga a instituição a aumentar o zelo com a prestação de contas referente à aplicação dos recursos recebidos, como também a divulgação das informações, por meio de relatórios, demonstrativos contábeis e outros. No entendimento de Trussel e Parsons (2007), a existência de subvenções governamentais em programas, permite aos doadores maior confiança na organização, devido à supervisão governamental.

Outra medida que compõe o fator e que caracteriza a reputação é a (*PROGREV*), esta se refere ao percentual encontrado entre a receita de programas em relação à receita total. Reflete a capacidade da instituição em captar e gerar recursos por meio de programas ou atividades específica.

Por fim, a variável (*OTHREV*) é o último indicador que forma o conjunto que reflete a reputação. Essa medida apresenta o percentual de outras receitas que são diferentes daquelas são conhecidas como receitas operacionais ou receitas próprias em relação às receitas totais. Conforme Trussel e Parsons (2007), a relação positiva entre fontes alternativas de outras receitas, reforça a reputação da Entidade.

Todas essas medidas foram testadas nos estudos de Weisbrod e Dominguez (1986), Khanna, Posnett e Sandler (1995), Khanna e Sandler (2000), Okten e Weisbrod (2000), Marcuello e Salas (2001), Trussel e Parsons (2007). A síntese das variáveis é apresentada no Quadro a seguir:

Eficiência	PROG	Despesas com Programas/Despesa total
	ADMIN	Despesas Administrativas/ Despesa Total
Estabilidade	CONCEN	$\frac{\Sigma[(Receita_por_fonte)]^2}{Receita_total}$
	EQUITY	Ativo Líquido/Receita total
Disponibilidade da Informação	FUND	Despesas com captação
	FUNDCONT	Despesas com captação/Contribuições totais
Reputação	AGE	nº de anos existência a partir da isenção tributária
	SIZE	Ativo Total
	GRANTS	Auxílio Governamental + Contribuições Indiretas
	PROGREV	Receita de Programas
	OTHREV	Receita Total – Contribuições Diretas – Contribuições Indiretas – Auxílio Governamental – Receita de Programas)

Quadro 3: Fatores utilizados no estudo de Trussel e Parsons
Fonte: Trussel e Parsons (2007, p.267).

2.7 ESTUDOS ANTERIORES REALIZADOS SOBRE OS FATORES (EFICIÊNCIA, ESTABILIDADE, DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO E REPUTAÇÃO) E AS VARIÁVEIS.

Estudos que envolvem organizações sem fins lucrativos, doações e dados contábeis, são desenvolvidos desde 1986 por Weisbrod e Dominguez, nesta pesquisa, os autores utilizaram a técnica de regressão linear com dados por meio de corte transversal e o método dos mínimos quadrados, com o objetivo de analisar se as doações recebidas são influenciadas pelas variáveis: preço, idade e gastos com captação de recursos. Foram analisadas 300.000 Organizações Americana, os dados foram extraídos do Formulário 990, para o período de 1974 e 1976.

Os resultados obtidos, indicam relação negativa do preço com as doações, em que quanto menor for o preço, maiores doações são recebidas. Quanto aos

gastos com captação de recursos, os autores identificaram a existência de relação positiva com as doações. A idade também apresentou relação positiva com as doações, em que quanto mais antiga for a instituição, maiores números de doações.

Em 1994, Callen procurava explicar a variação transversal das doações em dinheiro para as organizações de caridade. Para desenvolver seu trabalho, ele utilizou o modelo de Posnett e Sandler (1989), que investigou por meio dos mínimos quadrados, ordinários, os efeitos das variáveis: preço, despesas com captação de recursos, receitas governamentais e receitas autônomas. Os dados foram coletados de 72 instituições sem fins lucrativos do setor da saúde no Canadá. De acordo com os resultados a variável preço se relaciona negativamente com as doações, enquanto as demais variáveis se relacionam de forma positiva com as doações.

Para investigar a relação entre as informações contábeis e as doações, Khanna, Posnett e Sandler (1995) escolheram as 159 maiores instituições sem fins lucrativos do Reino Unido, para analisar as informações coletadas da *Charities Aid Foundation*, para o período de 1983 e 1990. Os autores testaram o modelo linear tanto para a amostra total, como para a amostra setORIZADA por área: educação, saúde e etc. foi utilizada a regressão com dados em painel, com base nos efeitos fixos.

As variáveis trabalhadas pelos autores foram: preço, gastos com captação de recursos, receitas autônomas, receitas governamentais, legado e a idade. Os resultados indicaram que as receitas autônomas não são estatisticamente significativas. Demonstraram-se significativas as variáveis: gastos com captação de recursos, receitas governamentais, legado e idade. Já o preço mostrou-se significativo, mas com relação negativa com as doações.

Em 2000, o modelo de Khanna, Posnett e Sandler (1995), foi utilizado

novamente por Khanna e Sandler (2000), trabalhando com as mesmas variáveis e com a mesma base de dados do estudo de (1995), ou seja, as 159 maiores instituições sem fins lucrativos do Reino Unido para o período de 7 anos (1983-1990). Os achados confirmam os resultados encontrados por Khanna, Posnett e Sandler (1995).

Outro estudo nesta mesma direção foi desenvolvido por Okten e Weisbrod (2000), no qual buscaram atualizar os procedimentos testados por Weisbrod e Dominguez (1986) incluindo novas variáveis ao modelo: contribuições governamentais e receitas com programas. Os dados foram extraídos do Formulário 990 (IRS/SOI), para o período de 1982 a 1994, para as instituições sem fins lucrativos Norte Americanas. Foram utilizados também *dummies* para controlar possíveis efeitos decorrente à mudança na legislação do Imposto de Renda, o que afeta as doações privadas nos anos de 1984 e 1986. Os autores testaram o modelo em forma *log-linear*, utilizando a regressão com dados em painel e abordagem de efeitos fixos.

Os resultados apontam relação significativa entre preço e as doações recebidas. Apresentaram relação negativa com as doações, as variáveis: idade e as despesas com captação de recursos. Já as receitas governamentais e as receitas com programas apresentaram relação positiva com as doações.

Frumkin e Kim (2001), estudaram a relação entre as informações contábeis e as doações das Organizações sem fins lucrativos. Os autores coletaram informações de 2.359 instituições dos Estados Unidos, por meio do Formulário 990 (IRS/SOI), para o período de 1985 a 1995. As instituições foram separadas por área de atuação com o objetivo de controlar efeitos. As variáveis utilizadas foram: taxa de despesas administrativas, despesas com programas, despesas com captação de recursos,

receitas governamentais e receitas totais.

Os autores utilizaram regressão com dados em painel e o método dos mínimos quadrados. Após realização dos testes identificaram que a taxa de despesas administrativas não foi significativa para o modelo. As demais variáveis se mostraram significativas e com relação positiva com as doações privadas.

Marcuello e Salas (2001), pesquisaram sobre o que determina as doações em dinheiro e no tempo para as instituições sem fins lucrativos na Espanha. Os determinantes selecionados pelos autores são: custo operacional, custo para obter uma unidade do produto ou serviço, idade, receita governamental, grupo controlador (*dummy* para saber se é religiosa ou não) e outro grupo para controlar (*dummy* para saber se é Fundação ou não). Os dados foram coletados de 50 Instituições da Espanha para o período de 1992 e 1993. Utilizaram o modelo *log-linear* por meio da regressão com dados em corte transversal.

Os resultados indicam que as receitas governamentais, não são estatisticamente significativas para o modelo, enquanto o custo para obter a unidade do produto ou serviço, se relacionou negativamente com as doações, já a relação, o custo operacional e a idade, ambas apresentaram relação positiva com as doações.

Em 2004, os pesquisadores Jacobs e Marudas buscaram analisar a relação de alguns fatores com as doações. Os dados foram extraídos do Formulário 990 (IRS/SOI). A amostra foi composta por 838 instituições do Terceiro Setor dos Estados Unidos, para o período de 1985 e 1994. O modelo testado foi o desenvolvido por Oktem e Weisbrod (2000), modificando alguns aspectos, como a variável preço, pela *PROG* (despesas com programas) e retirando também a idade e as despesas com captação de recursos, por terem identificado alto grau de multicolinearidade.

Assim, a abordagem de Jacobs e Marudas (2004) foi *two-way fixed effects* usada para controlar os efeitos temporais do tempo e o método dos mínimos quadrados. Os resultados mostram existência de relação negativa entre a *PROG* e as doações.

Tinkelman e Mankaney (2007), buscaram testar e comparar os modelos: *Price Model*, o de Greenlee e Brown (1999) e o desenvolvido por Frumkin e Kim (2001). O objetivo principal da comparação era verificar se a taxa de despesas administrativas possuía alguma relação com as doações. As variáveis utilizadas foram: taxa de despesas administrativas, taxas de despesas com captação de recursos, idade, total do ativo, receita de programas e receita governamental e outras receitas. A amostra foi composta por 182.373 observações, retiradas do Formulário 990 (IRS/SOI). Os resultados seguem a mesma direção dos estudos anteriores.

Trussel e Parsons (2007), desenvolveram estudo, o qual é para este estudo, modelo e referência principal. Em sua pesquisa buscaram identificar fatores extraídos dos relatórios contábeis das instituições sem finalidade de lucro com o objetivo de identificar quais os fatores que podem impactar na decisão de doar ou não. Para identificação dos fatores foi utilizada a análise fatorial com base em quatro fatores (eficiência, estabilidade, disponibilidade da informação e reputação). Os resultados encontrados demonstram que as doações são impactadas pelos fatores de eficiência, estabilidade, disponibilidade e qualidade da informação e pela reputação.

Em 2009, Jacobs e Marudas, tentaram identificar os efeitos que determinadas informações contábeis geram nas doações captadas pelas organizações do Terceiro Setor. As variáveis utilizadas foram: preço, taxa de despesas administrativas, despesas com captação de recursos, receitas governamentais, receitas com

programas, idade, ativos e o tamanho da Instituição.

A base de dados provém do Formulário 990 (IRS/SOI/NCSS) de 5.943, Entidades filantrópicas dos Estados Unidos, dos seus diversos segmentos. Os resultados encontrados reafirmam a relação negativa da taxa de administração com a as doações. A relação do preço com as doações também se mostrou negativa. Já o Ativo e as despesas com captação de recursos se relacionam positivamente com as doações. As variáveis: idade e receita com programas também apresentaram relacionamento negativo com as doações.

No Brasil, diversos estudos desenvolveram evidências empíricas sobre a importância das informações contábeis e as doações para as organizações do Terceiro Setor. Dentre eles, destacamos o trabalho de Cruz, Corrar e Slomski (2008), que buscaram analisar se a divulgação das informações contábeis, especialmente a demonstração de superávit ou déficit do exercício, impactavam as decisões do usuário em realizar uma doação para as Instituições, e se a quantia a ser doada sofria alteração. Para atingir seus objetivos, os autores usaram pesquisa experimental, com amostra de 300 estudantes. Os instrumentos de coleta de dados foram três questionários no período 2005 a 2006.

Os resultados indicam que a divulgação das informações contábeis junto com o relatório das atividades realizadas, não influencia a tomada de decisão. Em outro momento da análise identificaram que quando os doadores se encontram satisfeitos com a quantidade de informação que receberam para tomada de decisão, eles tendem a doar maiores quantias.

Cruz (2010), pesquisou a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados nas organizações do Terceiro Setor no Brasil. Utilizou as variáveis: preço, taxa de despesas administrativas, receitas governamentais, idade e

o tamanho da Instituição. Para coleta de dados, a autora utilizou dois bancos de dados: Primeiro do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ); segundo, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A amostra foi composta por 124 instituições para o período de 2006 e 2007. Como resultado da análise fatorial, a pesquisa encontrou como variáveis explicativas das doações a taxa de despesas administrativas, as receitas governamentais e o tamanho da Entidade.

Milani Filho (2011), desenvolveu estudo sobre as informações contábeis e a eficiência nas instituições sem fins lucrativos. Com o objetivo de identificar fatores econômicos que estivessem ligados com os insumos e produtos das instituições de forma a poder estabelecer uma comparação com a eficiência mediante a hipótese que norteava o trabalho "quanto maior o grau de dependência por recursos públicos, menor é o nível de eficiência produtiva das instituições".

Como indicadores de desempenho Milani Filho (2011), utilizou os apontados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A amostra foi composta por 42 instituições. A coleta de dados foi feita por meio de aplicação de questionário para o período de 2008.

O cálculo dos dados para auferir a eficiência foi realizado por meio do método de análise envoltória de dados (DEA). Após realização dos testes, conclui-se que existe relação estatisticamente significativa entre a dependência de recursos públicos e a eficiência da entidade.

Outro estudo que envolve o tema foi desenvolvido por Cunha e Matias-Pereira (2012), cujo objetivo era verificar até que ponto as informações divulgadas pelas Instituições sem finalidade de lucro, do Distrito Federal permitem identificar os fatores de eficiência, estabilidade, disponibilidade de informações e a reputação,

desenvolvidos por Trussel e Parsons (2007).

A amostra é composta pelas entidades cadastradas no CNEs/MJ, localizadas no Distrito Federal, total de 146 instituições para o período de 2007 e 2008. Os autores utilizaram a análise fatorial. Os resultados obtidos corroboram com os mesmos achados de Trussel e Parsons (2007), no que diz respeito ao agrupamento dos fatores, com as mesmas variáveis propostas.

Medeiros, Galvão e Oliveira (2015), desenvolveram o estudo na linha *do value - revelance* aplicado ao Terceiro Setor, no qual analisa se as informações contábeis à luz dos fatores de eficiência, estabilidade e reputação impactam as doações recebidas pelas Organizações sem fins lucrativos. Os dados são oriundos do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ) e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para o período de 2012 e 2013, referentes a 162 Organizações.

A variável dependente foi a doação e as independentes os fatores de eficiência, estabilidade e reputação. Os resultados confirmaram que as informações contábeis impactam as doações recebidas pelas organizações sem fins lucrativos.

2.8 HIPÓTESES

Na busca de responder o objetivo proposto neste trabalho, desenvolvemos três hipóteses que buscam identificar se as variáveis de interesse se relacionam com os fatores de eficiência, estabilidade e reputação, como também verificar se são capazes de impactar a captação e a geração de recursos das Instituições do terceiro setor.

H1: Os fatores Eficiência, Estabilidade e Reputação estão relacionados com o volume de Doações.

A primeira hipótese elaborada procura analisar se os fatores estão relacionados com o volume de doações, com o objetivo de apontar evidências de que o volume de doações a ser auferidas pelas Instituições está relacionado com os fatores de eficiência, estabilidade e reputação.

H2. Os fatores Eficiência, Estabilidade e Reputação estão relacionados com o volume de Recursos Próprios.

A segunda hipótese refere-se à oportunidade de demonstrar o diferencial deste estudo, o qual buscar verificar se os fatores estão relacionados com a captação e geração de recursos das Instituições. Essa hipótese procura levantar evidências de que os fatores impactam significativamente a geração de recursos das Instituições sem fins lucrativos.

H3. Os fatores Eficiência, Estabilidade e Reputação estão relacionados com o volume de Captação de Recursos.

A terceira hipótese busca levantar evidências de que a captação de recursos está relacionada com os fatores de eficiência, estabilidade e reputação, os quais favorecem maior êxito no processo de captação e geração de recursos, conforme referencial teórico apresentado no capítulo 2.

Capítulo 3

3. METODOLOGIA

Neste estudo, foi empregada a análise fatorial, que segundo Hair Júnior et al. (2006), é a técnica que aborda de forma multivariada a interrelação de um número extenso de variáveis que são agrupadas em conjuntos menores, capazes de explicar essas variáveis por meio do agrupamento pela alta correlação entre elas. Na aplicação desta técnica, haverá um agrupamento de dados que formará os fatores de acordo com os conceitos já pré-estabelecidos na literatura.

A análise fatorial é adotada nesta pesquisa para que, assim como Trussel e Parsons (2007), possamos agrupar as variáveis nos conjuntos dos fatores propostos que possam explicar a relação das variáveis com o objeto da pesquisa. Em relação aos procedimentos, as variáveis foram coletadas das demonstrações contábeis e demais relatórios da prestação de contas das instituições, disponíveis na plataforma do sistema CNEs/MJ (Cadastro Nacional das Entidades Sociais/ Ministério da Justiça).

De acordo com a abordagem metodológica aplicada a este trabalho, realizamos a pesquisa bibliográfica, que consistiu no levantamento das teorias que fundamentam o estudo entre os fatores de eficiência, estabilidade e reputação e as informações contábeis.

A pesquisa documental consistiu-se na identificação das informações e na preparação do banco de dados para coleta e tratamento dos mesmos, em seguida prosseguiu a análise da estatística descritiva e aplicação das técnicas econométricas (análise fatorial e regressão linear múltipla).

O estudo caracteriza-se por ser empírico positivista, pois tem por base estudos de determinados fatos, buscando estabelecer relações, descrevê-los e explicá-los.

3.1 DADOS E POPULAÇÃO AMOSTRAL

Este trabalho utiliza a metodologia desenvolvida por Trussel e Parsons (2007), que coletaram dados do formulário 990 (IRS/SOI) pertencentes a Instituições sem finalidade de lucro dos Estados Unidos. No Brasil, não existe um mecanismo de divulgação de informações e coleta de dados contábeis similar ao norte-americano. Entretanto no cenário nacional as Entidades do Terceiro Setor, desde o exercício fiscal de 2006, estavam obrigadas a divulgarem suas informações contábeis por meio do Sistema de Prestação de Contas do Ministério da Justiça (CNEs/MJ), criado pela Portaria nº 23, de 28 de dezembro de 2006.

O CNEs/MJ, corresponde a um sistema eletrônico que permitia a realização de procedimentos referente ao reconhecimento do Título de Utilidade Pública Federal e Prestação de Contas ao Ministério da Justiça até 30 de abril de cada ano.

Assim, a população do estudo corresponde a todas as entidades que possuíam Cadastro ativo, entre 2010 e 2014, no CNEs/MJ e que eram qualificadas como UPF (Utilidade Pública Federal) ou como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

TABELA 1: POPULAÇÃO AMOSTRAL POR ANO

2010	4.648 - Instituições
2011	4.395 - Instituições
2012	5.128 - Instituições
2013	3.972 - Instituições
2014	1.381 - Instituições

Fonte: Dados - CNEs/MJ

A limitação no quantitativo de Instituições por ano demonstrado na Tabela 1, decorre do envio da Prestação de Contas até 30 de abril. O quantitativo de dados disponíveis especialmente de 2014, foram prejudicados significativamente devido a disponibilização e o funcionamento do sistema, que se deu até o início do mês de abril de 2015, logo depois o sistema entrou em manutenção e em seguida foi desativado. Reforçamos que os dados foram extraídos da plataforma do sistema de prestação de contas disponível no link: <https://mapaosc.ipea.gov.br/base-dados.html>.

As informações prestadas ao CNEs/MJ, por meio da prestação de contas, são compostas por: (i) dados da entidade, como identificação, finalidades, público alvo, estatuto, diretoria, recursos humanos, entre outros; (ii) informações detalhadas sobre as atividades desenvolvidas; (iii) informações sobre a inserção social da organização; e (iv) demonstrativo contábil, que inclui informações oriundas das demonstrações contábeis da Instituição, elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. Os dados foram coletados e tabulados tendo início em março de 2017, concluindo em fevereiro de 2018.

3.2 MODELO EMPÍRICO E VARIÁVEIS

Após o levantamento das informações contábeis e o tratamento dos dados, buscamos a mensurar e identificar as variáveis. As variáveis explicativas com base no referencial teórico são formadas pelos fatores: eficiência, estabilidade e reputação. Destacamos que o fator de disponibilidade de informação não pode ser utilizado na presente pesquisa, por que os dados constantes no sistema do CNEs/MJ não possuíam informações suficientes para o cálculo e medição das *proxies* que compõem o fator de disponibilidade de informação.

Onde:

Eficiência é representada pelas seguintes variáveis:

PRICE	Despesas Totais/Despesas com Programas
PROG	Despesas com Programas/Despesa total
ADMIN	Despesas Administrativas/ Despesa Total

Estabilidade é representada pelas seguintes variáveis:

CONCEN	$\frac{\sum[(Receita_por_fonte)]^2}{Receita_total}$
EQUITY	Ativo Líquido/Receita total
MARGIN	$(Receita\ Total - Despesa\ Total)/Receita\ Total$

Reputação é representada pelas seguintes variáveis:

AGE	nº de anos Existência a partir da isenção tributária
SIZE	Ativo Total
GRANTS	Auxílio Governamental + Contribuições Indiretas
PROGREV	Receita de Programas
OTHREV	$Receita\ Total - Contribuições\ Diretas - Contribuições\ Indiretas - Auxílio\ Governamental - Receita\ de\ Programas$

As variáveis de interesse são: **DOA = Doações**, corresponde ao total das doações auferidas pela Instituição. A segunda variável, chamaremos de **Recursos Próprios** = soma de todas as receitas oriundas da prestação de serviços, comercialização e do patrimônio da Instituição. Por último, testaremos a variável **Captação de Recursos**, que corresponde à soma de todos os esforços da Instituição para prover a sua sustentabilidade.

Utilizaremos três modelos para testar as hipóteses apresentadas, o primeiro o desenvolvido por Trussel e Parsons (2007), o segundo adaptado, no qual será analisada a relação dos Recursos Próprios com os fatores de eficiência, estabilidade

e reputação. O terceiro modelo, verificará a relação da variável captação de recursos, composta por todos os esforços que a instituição realiza para prover sua sustentabilidade com os fatores. Os modelos empíricos propostos são:

$$\textbf{Modelo 1: } DOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{ EFICIÊNCIA}_{i(t-1)} + \beta_2 \text{ ESTABILIDADE}_{i(t-1)} + \beta_3 \text{ REPUTAÇÃO}_{i(t-1)} + \varepsilon_{i(t-1)}$$

$$\textbf{Modelo 2: } \text{RECURSOS PRÓPRIOS}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{ EFICIÊNCIA}_{i(t-1)} + \beta_2 \text{ ESTABILIDADE}_{i(t-1)} + \beta_3 \text{ REPUTAÇÃO}_{i(t-1)} + \varepsilon_{i(t-1)}$$

$$\textbf{Modelo 3: } \text{CAPTAÇÃO DE RECURSOS}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{ EFICIÊNCIA}_{i(t-1)} + \beta_2 \text{ ESTABILIDADE}_{i(t-1)} + \beta_3 \text{ REPUTAÇÃO}_{i(t-1)} + \varepsilon_{i(t-1)}$$

Os procedimentos estatísticos aplicados a este estudo, correspondem à estatística descritiva, matriz de correlação; os econométricos, análise fatorial e regressão linear múltipla.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa e as análises realizadas à luz do referencial teórico, conforme descrito no capítulo 2.

A população de amostra, é composta pelas Entidades sem fins Lucrativos, portadores do Título de Utilidade Pública Federal que enviaram os relatórios e demonstrativos contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do superávit ou déficit e notas explicativas) para o CNEs/MJ do período de 2010 a 2014.

A base de dados foi examinada e tabulada, e o ponto de partida para a análise foram às informações contábeis, coletadas de forma contínuas do sistema de prestação de contas CNEs/MJ. As Instituições com dados inválidos ou classificados como *outliers* (Instituições que apresentaram valores anormais). Com isso foram eliminadas da amostra. O total inicial de observações é de 19.524, após ajustes ficou 19.173. A amostra final foi constituída pelas Entidades que enviaram sua prestação de contas, com acesso público no portal do Ministério da Justiça e as que possuíam valores válidos para mensurar as variáveis.

A estatística descritiva, possibilita o exame dos dados por meio do conhecimento dos valores de máximo, mínimo, médio e do desvio padrão de cada variável utilizada. Os respectivos resultados são apresentados na Tabela 2, a seguir:

TABELA 2: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

	Observações	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
PROG	17706	,00	3,00	,72	,29
ADMIN	18933	,00	1,00	,41	,28
MARGIN	19022	-17,475	54,31	-9,64	1,21
CONCEN	19022	,00	2,48	,00	,02
EQUITY	19022	-4,51	8,93	6,72	6,78
SIZE (ln)	19173	-4,61	24,08	13,46	2,71
GRANTS (ln)	16612	1,06	21,84	13,09	2,29
PROGREV (ln)	17361	1,24	21,78	12,78	2,65
OTHREV (ln)	15840	-4,61	20,71	10,92	3,27
DOA (ln)	10278	-2,81	18,21	11,37	2,15
RECURSOS PRÓPRIOS (ln)	14693	-4,61	20,85	11,67	3,45
CAPTAÇÃO DE RECURSOS (ln)	18709	2,82	21,85	13,66	2,38

Fonte: Dados da Pesquisa CNEs/MJ

De acordo com os dados apresentado na Tabela 2, algumas variáveis apresentaram limitações, por isso a redução no número de observações por variável. Destaca-se como objeto de interesse deste estudo que o número de observações das Organizações que recebem doações é bem expressivo, totalizando 10.278 observações, que significa dizer que a maioria destas Instituições tem a doação como receita principal.

As observações, referentes aos recursos próprios nas Instituições, superam as doações, correspondendo a um total 14.693, dados que confirmam mais uma vez a importância deste estudo para as organizações do Terceiro Setor, pois se as doações e os recursos próprios são essenciais para a sustentabilidade, tudo que tiver relação e impactar, torna-se relevante e significativo para tomada de decisão.

Os dados apresentados na Tabela descritiva, revelam que quase as totalidades das organizações possuem mais de uma fonte de receita, ou seja, buscam a sobrevivência por meio da diversidade de receitas, corroborando com as observações de Trussel e Parsons (2007), ao afirmar que quanto mais fontes de receita a Organização possuir melhor.

Após análise da estatística descritiva, realizamos as análises econométricas compreendem a análise fatorial, a análise de regressão linear múltipla com o objetivo de testar os constructos do modelo de regressão propostos. Inicialmente realizamos o teste de Kaiser Myser Olkin (KMO), com objetivo de analisar a adequacidade da análise fatorial.

Em seguida, realizou-se o teste de colinearidade, buscando verificar a existência de correlação entre as variáveis. Assim foi realizada a análise da matriz de correlação das variáveis, a qual de acordo com Field (2009), para realizar uma análise de fatores, faz-se necessário que as variáveis se correlacionem muito bem, observando seus valores e as correlações. As matrizes de correlação são apresentadas na Tabela 3.

TABELA 3: MATRIZ DE CORRELAÇÃO

		ADMIN	MARGIN	CONCEN	GRANTS	PROGREV	OTHREV	SIZE	EQUITY	DOA	RECURSOS PRÓPRIOS	CAPTAÇÃO DERECURSOS
PROG	corr	-,723**	-,001	-,013	-,018*	-,020**	,007	,003	,001	-,006	,013	-,027**
	valor p	0,000	,848	,078	,016	,007	,326	,680	,889	,420	,094	,000
ADMIN	corr		-,016*	,099**	-,019**	-,035**	-,049**	-,014	,018*	-,034**	-,070**	-,032**
	valor p		,026	,000	,008	,000	,000	,060	,013	,000	,000	,000
MARGIN	corr			,000	,001	,001	,001	,001	-,015*	,001	,001	,001
	valor p			,993	,898	,857	,891	,941	,036	,844	,849	,846
CONCEN	corr				-,001	-,002	-,001	-,001	,000	-,002	-,002	-,002
	valor p				,862	,808	,853	,938	,957	,800	,797	,793
GRANTS	corr					,188**	,422**	-,001	-,001	,154**	,090**	,769**
	valor p					,000	0,000	,897	,865	,000	,000	0,000
PROGREV	corr						,249**	-,003	-,002	,158**	,697**	,763**
	valor p						,000	,647	,812	,000	0,000	0,000
OTHREV	corr							,001	-,001	,157**	,508**	,438**
	valor p							,858	,858	,000	0,000	0,000
SIZE	corr								,013	,001	-,002	-,003
	valor p								,075	,904	,817	,709
EQUITY	corr									-,002	-,002	-,002
	valor p									,796	,803	,798
DOA	corr										,065**	,207**
	valor p										,000	,000
RECURSOS PRÓPRIOS	corr											,503**
	valor p											0,000

**Correlação significativa ao nível de 1%*Correlação significativa de 5%

Fonte: Dados da Pesquisa CNEs/MJ

A Tabela 3 apresenta as correlações entre as variáveis que estão sendo analisadas, de forma que possa buscar evidências que indiquem ou não a existência de correlação significativa entre as variáveis. Utilizamos a correlação de Pearson que pode variar entre -1 e 1, e o sinal pode indicar correlação negativa ou positiva no relacionamento (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009). Importante salientar as correlações aqui apresentadas não configura uma relação de causa/consequência, apenas tendência de crescimento ou decréscimo.

Nela é possível identificar que a variável *PROG* se correlaciona significativamente com *ADMIN* ($r = -0,723$), *GRANTS* ($r = -0,018$), *PROGREV* ($r = -0,020$) e com a variável *CAPTAÇÃO DE RECURSOS* ($r = -0,027$), indicando que o aumento de uma delas, implica na redução da outra, visto que o sinal da correlação é negativo.

A variável *ADMIN* apresenta correlação com *EQUITY* ($r = 0,018$), *MARGIN* ($r = -0,016$), *CONCEN* ($r = 0,099$), *GRANTS* ($r = -0,019$), *PROGREV* ($r = -0,035$), *OTHREV* ($r = -0,049$), *DOA* ($r = -0,034$), *RECURSOS PRÓPRIOS* ($r = -0,070$) e com a *CAPTAÇÃO DE RECURSOS* ($r = -0,032$). Nas correlações negativas o sentido é oposto e nas positivas o sentido é o mesmo, ou seja, o aumento de uma vem acompanhado do aumento da outra variável em questão.

Após a matriz de correlação das variáveis, realizamos a análise fatorial confirmatória, pois os construtos já estão definidos e conceituados, conforme arcabouço conceitual de Trussel e Parsons (2007).

4.1 ANÁLISE FATORIAL

A análise fatorial tem o objetivo de reduzir a quantidade de variáveis em grupos menores (HAIR JÚNIOR et al., 2006). Antes, porém da aplicação da análise fatorial, realizamos o teste KMO (Kaiser Meyer e Olkin) com os construtos propostos para verificar a adequacidade ou não da análise fatorial aos dados. O resultado obtido foi de 0,507 e significância de 0,000. Este resultado indica aceitação da análise fatorial.

Ao rodar os dados cada variável tem sua correlação com um dos fatores. As variáveis que não possuem nenhuma correlação acima de 0,5, deverão ser excluídas de acordo com as abordagens de Hair (2006).

TABELA 4: ANÁLISE FATORIAL – variância explicada pelos fatores

	ESTABILIDADE	EFICIÊNCIA	REPUTAÇÃO
PROG	-,010	<u>-,927</u>	-,024
ADMIN	,015	<u>,928</u>	-,023
CONCEN	,133	,057	-,016
EQUITY	<u>,941</u>	-,009	,011
MARGIN	<u>-,932</u>	,019	-,015
GRANTS	-,012	,014	<u>,769</u>
PROGREV	-,013	,009	<u>,587</u>
OTHREV	-,013	-,034	<u>,804</u>
SIZE	,116	-,019	-,001
% Variância explicada	19,8	19,2	17,6

Fonte: Dados da Pesquisa CNEs/MJ.

Os resultados da Tabela 4, nos permite observar que o agrupamento das variáveis segue os constructos sugeridos pela literatura. É possível verificar que 56,6% de variação é explicada pelas variáveis: *PROG* e *ADMIN*, as quais formam o construto chamado de "*eficiência*". *EQUITY* e *MARGIN* formam o construto chamado de "*estabilidade*". Por fim, as variáveis *GRANTS*, *PROGREVE* e *OTHREV*, formam o último construto chamado "*reputação*".

Na análise da Tabela 4, identificamos também que a variável *CONCEM* e *SIZE* não possui correlação significativa com as demais variáveis, pois nenhuma delas atingiu correlação acima de 0,5, com nenhum dos componentes possíveis, fazendo-se necessária a exclusão.

Após exclusão das variáveis: *CONCEM* e *SIZE*, seguindo o que precípu a literatura, e a análise fatorial foi refeita aplicando a rotação varimax, com o objetivo de minimizar os efeitos de uma variável ter altas cargas fatoriais em todos os fatores, dificultando sua escolha de alocação, como também aplicamos o teste KMO (Kaiser Meyer e Olkin) e o teste de esfericidade de Bartlett (BTS), que são utilizados para avaliar a adequacidade para aplicação da análise fatorial.

Os valores esperados para os testes de KMO, são entre 0,5 e 1 e de BTS, p menor que 0,5. Os valores encontrados foram 0,513 e 0,000, resultado que valida mais uma vez a aplicabilidade da análise fatorial. Os resultados são apresentados na Tabela 5, a seguir.

TABELA 5: ANÁLISE FATORIAL - APÓS EXCLUSÃO DAS VARIÁVEIS SIZE E CONCEN

	ESTABILIDADE	EFICIÊNCIA	REPUTAÇÃO
PROG	-,002	<u>-,928</u>	-,022
ADMIN	-,002	<u>,928</u>	-,025
EQUITY	<u>-,941</u>	,005	-,004
MARGIN	<u>,941</u>	,005	,001
GRANTS	,000	,015	<u>,769</u>
PROGREV	,003	,010	<u>,587</u>
OTHREV	,001	-,033	<u>,805</u>
% variância explicada	25,3	24,6	22,6

Fonte: Dados da Pesquisa CNEs/MJ.

Ao realizar o ajuste, a explicação de variação que na Tabela anterior era de 56,6%, subiu para 72,5%. Os resultados confirmam as evidências de Trussel e Parsons (2007) de que os fatores de eficiência, estabilidade e reputação,

representados pelo agrupamento das variáveis, poderão explicar de forma significativa a captação e a geração de recursos nas Instituições do Terceiro Setor.

Os resultados ainda apontam para potenciais indicadores que poderão nortear ações que visem a otimização da geração e captação de recursos. Ações que implicará no aprimoramento das práticas contábeis e da qualidade das informações que refletem os fatores, as quais precisam ser cada vez mais transparentes e confiáveis, abrindo espaço, para que os profissionais da contabilidade sua relevância, transformando-se em agentes ativos no processo de captação e geração de recursos.

4.2 ANÁLISE DAS REGRESSÕES

Após o agrupamento das variáveis e a realização da análise fatorial, seguimos trabalhando os pré-requisitos necessários a realização da regressão linear múltipla que será aplicada aos três modelos propostos, cujo objetivo é verificar se os fatores de eficiência, estabilidade e reputação se relaciona com as doações no primeiro modelo, e no segundo e terceiro modelo com a captação e geração de recursos das Instituições sem fins lucrativos.

Assim o modelo 1, analisará o comportamento das variáveis independentes em relação as doações auferidas, conforme modelo proposto.

Modelo 1: $DOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 EFICIÊNCIA + \beta_2 ESTABILIDADE + \beta_3 REPUTAÇÃO + \varepsilon_i$

Os resultados são apresentados na Tabela 6.

TABELA 6: MODELO 1 – COEFICIENTES DA REGRESSÃO			
	Coeficientes	t	valor p
Constante	11,45	540,528	,000
ESTABILIDADE	0,38	3,128	,002
EFICIÊNCIA	-0,01	-,400	,689
REPUTAÇÃO	0,33	17,154	,000

Variável dependente: DOA

Significância do modelo = 0,000

Coeficiente de determinação (R²) = 3%

EFICIÊNCIA (PROG = Despesas do programa como percentual das despesas totais, ADMIN = despesas administrativas dividida por despesas totais). REPUTAÇÃO (GRANTS = Subsídios governamentais em percentagem das receitas totais. PROGREV = Receitas do programa como percentagem das receitas totais. OTHREV = Receitas de outras fontes como percentagem das receitas totais). ESTABILIDADE: SIZE = Logaritmo natural do total de ativos iniciais, EQUITY = Ativos líquidos ÷ receita total, CONCEN = $\sum [(fonte\ de\ receita\ j) \div receita\ total]^2$, MARGEM = (Receita total - despesas totais) ÷ receita total.

Fonte: Trussel e Parsons (2007, p. 267)

O primeiro modelo, foi estimado observando o modelo de Trussel e Parsons (2007), modificado por limitação de informações disponíveis para obtenção do cálculo das variáveis. Trussel e Parsons (2007) analisaram 4 (quatro) fatores (eficiência, estabilidade, reputação e disponibilidade da informação). O modelo, no qual estamos desenvolvendo apresenta-se apenas com 3 (três) fatores, porque para o cálculo das variáveis que compõem o fator de disponibilidade de informação, necessitamos de informações que não constam no banco de dados utilizado.

Os resultados do modelo 1, no primeiro momento, observa-se que o modelo se mostrou significativo, conforme indica o valor do *p-value*, porém com um nível de explicação baixo. Neste primeiro modelo, a variável dependente é a DOA. De acordo com os resultados obtidos, o fator de “ eficiência” não se mostrou significativo, portanto apenas “estabilidade” e a “reputação” apresentaram relação significativa com a DOA.

Os achados indicam que é importante para a Instituição conhecer e otimizar as medidas que impactam as receitas de doações, ou seja, aquelas que compõem os fatores de estabilidade e reputação, pois conforme evidências encontradas, elas são capazes de impactar significativamente as doações.

Confrontando os achados, como os que já foram desenvolvidos, observamos que no trabalho de Trussel e Parsons (2007) os três fatores (eficiência, estabilidade e reputação) se mostram significativos, onde o fator de eficiência possui relação

negativa com as doações e os fatores de estabilidade e reputação se relacionam positivamente. Realidade parcialmente diferente à encontrada, pois a eficiência não se mostrou significativa. Já a relação negativa da eficiência com as doações está em conformidade com Trussel e Parsons (2007), como também com os demais estudos anteriores. Adicionalmente os resultados obtidos em relação a estabilidade e a reputação, convergem integralmente com os resultados encontrados por (TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009).

Assim, a primeira hipótese (H1) só pode ser confirmada parcialmente, onde ressaltando a eficiência, a estabilidade e a reputação se relacionam de forma significativa com o volume de doações.

Os resultados, reforçam a necessidade das Instituições do Terceiro setor procurarem entender melhor o comportamento e o interesse dos doadores em relação as informações contábeis, as quais se mostram fundamentais para análise e escolha dos doadores. Observamos ainda que os doadores se importam com o modo como a Instituição desenvolve e administra as suas atividades por meio do fator de “estabilidade”, especialmente pelos indicadores *Equity* e *Margin*, como também se interessam pela forma como a Organização provem sua sustentabilidade pelos indicadores que representam a “reputação” .

Os resultados encontrados sugerem a título de contribuição que os gestores busquem uma proximidade maior com o setor ou com o profissional contábil, para que possam aperfeiçoar cada vez mais a performance dos dados que mensuram a estabilidade e a reputação, os quais podem conduzir a Instituição a obtenção de resultados significativos nas ações destinadas a captação de recursos por meio de doações.

Após realização da primeira regressão, realizamos uma nova regressão aplicando o segundo modelo proposto, o qual diferencia este estudo dos demais estudos anteriores, cujo objetivo é verificar se os fatores de eficiência, estabilidade e reputação, são capazes de impactar a captação e geração de **recursos próprios**. O modelo proposto para a análise é demonstrado a seguir:

$$\text{Modelo 2: } RECURSOS \text{ PRÓPRIOS}_{it} = \beta_0 + \beta_1 EFICIÊNCIA + \beta_2 ESTABILIDADE + \beta_3 REPUTAÇÃO + \varepsilon_i$$

Onde, eficiência, estabilidade e reputação, são as variáveis explicativas da captação e geração dos Recursos Próprios. Espera-se que os recursos próprios apresentem relação significativa com os três fatores. Os resultados encontrados são apresentados na Tabela 7.

TABELA 7: MODELO 2 – COEFICIENTES DA REGRESSÃO

	Coeficientes	t	valor p
Constante	11,73	433,084	,000
ESTABILIDADE	0,21	5,128	,000
EFICIÊNCIA	-0,08	-2,819	,005
REPUTAÇÃO	0,98	40,230	,000
Variável dependente: Recursos Próprios			
Significância do modelo = 0,000			
Coeficiente de determinação (R2) = 10,5%			
Fonte: Dados da Pesquisa CNEs/MJ.			

De acordo como os resultados obtidos, apresentados na Tabela 7, o modelo 2 se mostrou estatisticamente significativo com os três fatores (eficiência, estabilidade e reputação).

Os resultados indicam que a eficiência se mostra se relacionando com a geração de recursos próprios de forma adversa àquela que comumente a definimos. O que nos leva a observar que a eficiência nas instituições sem fins lucrativos, segue o conceito de Tinkelman e Mankaney (2007), que afirmam que eficiência é o modo como se dá a utilização dos recursos captados na consecução dos objetivos

Institucionais, ou seja, a eficiência é medida pelo volume destinado aos projetos que solidificam a razão de ser da instituição, logo quanto mais recursos aplicados nos programas e projetos relacionados ao objetivo principal, maior será o nível de eficiência a ser encontrado.

A abordagem sobre o conceito de eficiência em confronto com os resultados obtidos, leva-nos a seguinte análise: dado que a eficiência se mostrou significativa, relacionando-se negativamente com os recursos próprios, supõem que as medidas apuradas para o cálculo da eficiência estejam indicando uma tendência ou entendimento de eficiência diferente daquele que está sendo proposto, em que a eficiência pode estar sendo capturada na ótica “mercadológica”, a qual indica que ser eficiente é realizar suas atividades com o menor número de recursos possíveis. Já para este estudo a eficiência corresponde a representatividade das despesas com programas que estejam relacionados ao objetivo principal da instituição.

Os resultados auferidos ao serem confrontados com os achados do referencial teórico, observa-se que estão em conformidade com a literatura como pode-se verificar na Tabela 8, a qual apresenta um pequeno comparativo dos resultados esperados com os resultados obtidos.

TABELA 8: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS ESPERADOS COM OS RESULTADOS OBTIDOS

Variáveis explicativas	Proxies	Relações esperadas	Relação encontrada
<i>Eficiência</i>	<i>ADMIN PROG</i>	Significativa Negativa	Significativa Negativa
<i>Estabilidade</i>	<i>EQUITY MARGIN</i>	Significativa Positiva	Significativa positiva
<i>Reputação</i>	<i>GRANTS PROGREV OTHREV</i>	Significativa Positiva	Significativa Positiva

Fonte: Dados da Pesquisa CNEs/MJ.

A hipótese (**H2**) pode ser confirmada, pois segundo as evidências obtidas é possível inferir que os fatores de eficiência, estabilidade e reputação impactam a captação e a geração de recursos próprios.

Os achados indicam que as Instituições do Terceiro Setor, poderão direcionar seus esforços na busca do seu desenvolvimento e da sua sustentabilidade, abrindo amplas possibilidades por meio de ações vinculadas aos fatores (eficiência, estabilidade e reputação) será possível o fortalecimento da capacidade de a Instituição gerar recursos próprios.

Adicionalmente é fundamental que as Instituições busquem de forma crescente a formação do pessoal técnico e da gestão, que proporcionará melhores condições para aperfeiçoamento e consolidação dos resultados.

Após realização da regressão aplicando o segundo modelo, propomos rodar os dados mais uma vez, agora testando o terceiro modelo, o qual, foi desenvolvido com objetivo de verificar a relação das variáveis com a captação de recursos, aqui entendida como todas fontes de recursos captadas e geradas pelas Instituições, com os fatores de eficiência, estabilidade e reputação. Os resultados são apresentados na Tabela 9 a seguir.

TABELA 9: MODELO 3 – COEFICIENTES DA REGRESSÃO

	Coeficientes	t	valor p
Constante	13,92	926,690	,000
ESTABILIDADE	0,49	9,705	,000
EFICIÊNCIA	-0,18	-11,962	,000
REPUTAÇÃO	0,83	55,564	,000

Variável dependente: Captação de Recursos

Significância do modelo = 0,000

Coeficiente de determinação (R²) = 16,3%

Fonte: Dados da Pesquisa CNEs/MJ.

O modelo 3, propõe uma análise do impacto dos fatores de eficiência, estabilidade e reputação, sobre as receitas auferidas pelas Instituições. Os

resultados mostram que as variáveis representadas pelos fatores explicam 16,3% da variação da captação e geração de receitas. Os três fatores se mostram significativos.

Ao analisar a forma como se relacionam, identificamos que a estabilidade e reputação se relacionam de forma positiva, ou seja, se elas aumentam, as receitas também aumentam. No caso de eficiência, seu aumento causa diminuição. O que nos conduz a reforçar que o conceito de eficiência para o terceiro setor difere do conceito aplicado ao primeiro setor (governo) e do segundo setor (empresas/mercado) conforme exposto anteriormente.

Os resultados obtidos no terceiro modelo, assemelham-se ao encontrado ao segundo modelo. A coerência e conformidade com a literatura exposta no capítulo 2, também é reforçada de acordo com o demonstrativo abaixo:

TABELA 10: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS ESPERADOS E OBTIDOS

Variáveis explicativas	Proxies	Relações esperadas	Relação encontrada
<i>Eficiência</i>	<i>ADMIN PROG</i>	Significativa Negativa	Significativa Negativa
<i>Estabilidade</i>	<i>EQUITY MARGIN</i>	Significativa Positiva	Significativa Positiva
<i>Reputação</i>	<i>GRANTS PROGREV OTHREV</i>	Significativa Positiva	Significativa Positiva

Fonte: Dados da Pesquisa CNEs/MJ.

As evidências encontradas favorecem a confirmação da hipótese (**H3**), em que eficiência, estabilidade e reputação são significativos para a captação e geração de recursos. Os achados indicam que um dos caminhos possíveis para o desenvolvimento e otimização da sustentabilidade das instituições do Terceiro Setor é o fortalecimento e a visibilidade destes fatores em todas as suas ações, as quais serão validadas pelas demonstrações contábeis da Instituição.

Por fim, as evidências favorecem a identificação de indícios de que os fatores podem ser determinantes na captação e geração de recursos, como também por meio deles é possível o desenvolvimento de mecanismos de controle e gerenciamento que possa acompanhar, avaliar e aperfeiçoar a captação e geração de recursos das organizações sem fins lucrativos.

Capítulo 5

5. CONCLUSÕES

Este estudo procurou analisar quais os fatores poderiam influenciar a capacidade das Instituições sem fins Lucrativos em captar e gerar recursos.

Com base em estudos anteriores, levantamos as hipóteses de que os fatores de eficiência, estabilidade e reputação possui relação significativa com a captação e a geração de recursos das Instituições sem fins lucrativos.

Os coeficientes revelam que existe relação significativa das variáveis com a captação e a geração de recursos, com também ressaltam a importância das informações e do profissional contábil para o processo de captação e geração de recursos nas Instituições do Terceiro Setor.

Com base nos resultados obtidos, sugerem-se as organizações do Terceiro Setor que implementem a utilização dos fatores de eficiência, estabilidade e reputação em todas as suas ações, seja operacional seja institucional, buscando monitorar e otimizar sua capacidade em captar e gerar recursos, por meio de adoção de técnicas e ferramentas que promovam o desenvolvimento operacional, técnica e financeira. Isto implica em capacitar seus gestores, profissionalizar sua equipe técnica e desenvolver estratégias operacionais, que possibilitem o desenvolvimento de métricas que direcionam as atividades geradoras de receitas, buscando melhorar sua performance e atingir índices seguros de sustentabilidade e continuidade.

Conclui-se que o setor sem fins lucrativos precisa se mostrar eficiente, estável e ser portador de reputação para alcançar resultados relevantes capaz de prover

cada vez mais sua sustentabilidade e o desenvolvimento das suas atividades sociais.

Como limitação, reforçamos que não foi possível calcular o **fator de disponibilidade e qualidade da informação**, conforme disposto no referencial teórico, devido a limitação do banco de dados em não ser possível identificar as despesas com captação de recursos, informação fundamental para o cálculo das variáveis que compõem o fator.

Pesquisas futuras poderão utilizar informações referentes a dados que estão sendo organizados pelo MEC nos termos da portaria 15 de agosto de 2017, a qual versa sobre a obrigatoriedade das Instituições possuidoras do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, encaminharem suas prestações contas e demonstrativos contábeis.

Sugere-se, para novas pesquisas, analisar os fatores e as variáveis que não foi possível realizar o cálculo e análise. Por fim, para uma análise mais abrangente poderão ser desenvolvidas pesquisas sobre outros aspectos que poderão impactar o desempenho, na captação e na geração de recursos das Organizações como: a influência da remuneração dos administradores/gestores nas organizações, o nível de escolaridade dos gestores/administradores investigar se tal perspectiva, possui alguma relação com a eficiência, estabilidade e reputação das instituições, dentre outros, a fim de confirmar ou contestar os resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG), **Números e dados das Fundações e Associações Privadas sem fins Lucrativos no Brasil**. Abong. 2014.

ALEXANDER, C. The Third Sector. In: HART, K.; LAVILLE, J.; CATTANI, A. (eds). **The Human Economy: a citizen's Guide**. Cambridge: Policy Press, 2010.

ALMEIDA, M. C.; FERREIRA, E. S. Terceiro Setor: Prestação de Contas e suas implicações. **Horizonte Científico**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2007.

ALMEIDA, Cíntia. **O orçamento como ferramenta de gestão de recursos financeiros no terceiro setor**: um estudo nas organizações do Estado do Rio Grande do Norte. Dissertação, 42 f (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multinstitucional e Interegional das Universidades de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2007.

ALVES, Cássia Vanessa Olak. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010, 24 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANDRADE, Roberto Paulo. Considerações de fim de século. In: IOSCHPE, Evelyn (org.). **3º setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ASSIS, L.; VIEGAS, G.; CKAGNAZAROFF, I. Gestão de recursos humanos no terceiro setor: um estudo descritivo das organizações de Belo Horizonte. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 297-323, maio/ago. 2012.

ASSIS, M. S.; MELLO, G. R.; SLOMSKI, V. Transparência nas entidades do terceiro setor: a demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração de desempenho. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

ATAN, Ruhaya; ZAINON, Saunah; WAH, Yap Bee. Quality Information by charity organizations and its relationship with donations. In: Conference on Business administration, 2012. Cambridge. **Proceedings...** 6º WSEAS Conferência internacional em administração de negócios, Harvard.

ANHEIER, H. **Nonprofit organizations**: theory, management, policy. London and New Work: Routledge, 2005.

BABER, W.; ROBERTS, A.; VISVANATHAN, G. Charitable organizations strategies and program spending ratios. **Accounting Horizons**, v. 15, n. 4, p. 329-343, 2001.

BARBEDO, A. P. S. L.; AZEVEDO, G. M. C. Investigação em contabilidade: uma perspectiva sobre o setor da economia social. **Estudos do Isca**, v. 4, n. 13, p. 1-14, 2016.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Resolução CFC n. 737, de 27/11/1992**. Aprova a NBC T 6 – Da divulgação das demonstrações contábeis. 1992. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res737.htm>>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Resolução CFC n. 877, de 18/04/2000**. Aprova a NBC T 10 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, o item NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucro. 2000. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res877.htm>>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Resolução CFC n. 1.133, de 21/11/2008**. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. 2008. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1133_2008.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional da Justiça. **Portaria n. 24, de 11 de outubro de 2007**. Cria o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública- CNEs/MJ, e dá outras providências. 2007. Disponível em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/entidades-sociais/cnes-mj/anexos/2007portariasnj24.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.406, de 10 janeiro de 2002: **Institui o código civil brasileiro**. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 19. Set. 2017.

BRADSHAW, P.; HAYDAY, B. Nonprofit governance models: problems and Prospects. The **Public Sector Innovation Journal**, v. 12, n. 3, p. 1-22, 2007.

BRITO, P. P. et al. A utilização dos demonstrativos contábeis como instrumento de apoio a gestão nas organizações não governamentais: um estudo de caso no estado do Ceará. **Revista Alcance**, v. 15, n. 1, p. 61-80, 2008.

BRITO, T. S.; PEREZ, O. C. Accountability nas Organizações do Terceiro setor. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 4, p. 99-116, 2014.

BROWN, L.; MOORE, M.; HONAN, J. Building Strategic Accountability Systems for International NGOs. **Accountability Forum**, v. 1, n. 2, p. 31-43, 2004.

BROWN, L.; MOORE, M. Accountability, strategy, and international non - governmental organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 30, n. 3, p. 569 -587, 2001.

CALLEN, J. L. Money donations, volunteering and organizational and organizational efficiency. **The Journal of Productivity Analysis**, v. 5, n. 3, p. 215-228, 1994.

CAMPOS, G. M.; MOREIRA, R. L.; SCALZER, R. S. Financial reporting: reflection on transparency in the third sector. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, p. 130-142, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico (R1)**: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 17 set. 2017.

CARMAN, J. The Accountability movement: what's wrong with this theory of change?. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 39, n. 2, p. 256-274, 2009.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L. C. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 90-105, 2011.

CATELLI, Armando (Coordenador). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica – GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, p.135-154, 2011.

CONNOLLY, C.; DHANANI, A. Exploring the discharge of e countability by charities. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 14, n. 2, p. 108-126, 2013.

CONNOLLY, C.; HYNDMAN, N.; MCCONVILLE, D. UK Charity Accounting: An exercise in widening stakeholder engagement. **The British Accounting Review**, v. 45, n. 1, p. 58-69, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº. 1.374/11. **Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURACONCEITUAL**. 2011. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETA_S03.2013.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

CORDERY, C. Funding social services: an historical analysis of responsibility for citizens' welfare in New Zealand. **AccountingHistory**, v. 17, n. 3/4, p. 463-480, 2012.

CRUZ, C. V. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil**: uma investigação empírica. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

CRUZ, C. V. O. A.; CORRAR, L. J.; SLOMSKI, V. Efeitos da divulgação de informações contábeis econômicas sobre as doações individuais para entidades do terceiro setor: um estudo experimental com alunos de ciências contábeis. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO - EnANPAD, 22. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

CUNHA, J. H. C.; MATIAS-PEREIRA, J. Captação de recursos no terceiro setor: fatores estratégicos para divulgação de informações. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 18, p. 83-102, 2012.

CUTT, J.; MURRAY, V. **Accountability and effectiveness in Non-Profit Organizations**. London: Routledge, 2000. Disponível em: <[http://ccss.jhu.edu/research-projects/comparative-nonprofit-sector-project/->](http://ccss.jhu.edu/research-projects/comparative-nonprofit-sector-project/). Acesso em: 03 fev. 2018.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

EBRAHIM, A. Accountability in practice: mechanisms for NGOs. **World Development**, v. 31, n. 5, p. 813-829, 2003a.

_____. Making sense of accountability: conceptual perspectives for Northern and Southern Nonprofits. **Nonprofit Management & Leadership**, v. 14, n. 2, p. 191 -212, 2003b.

EBRAHIM, A. Accountability myopia: losing sight of organizational learning. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 34, n.1, p. 56-87, 2005.

EBRAHIM, A. Placing the normative logics of accountability in “thick” perspective. **American Behavioral Scientist - AMER BEHAV SCI**, v. 52, n. 6, p. 885-904, 2009.

_____. The Many faces of Nonprofit Accountability. **Working Paper**, n. 10-069. Harvard Business School, 2010a.

FALK, Haim. et al. Towards a framework for not-for-profit accounting; discussion. **Contemporary Accounting Research**, Toronto, v. 8, n. 2, p. 468-499, Spring 1992.

FOWLER, A.; GOOLD, L.; JAMES, R. **Participatory self-assessment of NGO capacity**. INTRAC, 10. Retrieved. 1995. Disponível em: <http://wikiciv.org.rs/images/1/14/Participatory_Self-assesment.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

FERREIRA, S. A invenção estratégica do terceiro setor como estrutura de observação mútua: uma abordagem histórico-conceptual. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 169-192, 2009.

FIGUEIREDO FILHO, D.B.; SILVA JÚNIOR, J.A. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRUMKIN, Peter; KIM, Mark T. Strategic positioning and the financing of nonprofit Organizations: is efficiency rewarded in the contributions marketplace?. **Public Administration Review**, Washington, v. 61, n. 3, p. 266-275, may./jun. 2001.

GANDÍA, Juan L. Internet disclosure by nonprofit organizations: empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 57-78, 2009.

GETTLER, L. Report paints damning picture of charity sector: **The Age**, v. 30, n. 5, 2007. Disponível em: <<http://www.highbeam.com/doc/1G1-171897129.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

GIFE- GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Perspectivas para o marco legal do terceiro setor**. São Paulo: GIFE, 2009.

GLAESER, Edward. **The governance of not-for-profit organizations**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

GREENLEE, Janet S.; TRUSSEL, John. M. Predicting the financial vulnerability of charitable organizations. **Nonprofit Management & Leadership**, San Francisco, v. 11, n. 2, p. 199-210, 2000.

GREENLEE, Janet S.; BROWN, K. L. The impact of accounting information on contributions to charitable organizations. **Research in Accounting Regulation**, Stamford, n. 13, p. 111-125, 1999.

GUNDERSON, C. **Best Practices for Not for Profit Internal Controls**: Enhancing your internal Control Environment. Clifton Gunder, 2008.

HAGER, Mark A.; FLACK, Ted. **The Pros and cons of financial efficiency standards**. Nonprofit Overhead Cost Project. The Urban Institute, 2004.

HAIR JÚNIOR, J. F. et al. **Multivariate data analysis**. Pearson Prentice Hall, 2006.

HAIR JÚNIOR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HILB, Martin. **A nova governança corporativa**: ferramentas bem sucedidas para conselho de administração. São Paulo: Saint Paul, 2009.

HODGE, M.M.; PICCOLO, R. F. Nonprofit board effectiveness, private philanthropy, and financial vulnerability. **Public Administration Quarterly**, v. 35, n. 4, p. 520-550, 2011.

HYNDMAN, N. et al. Research in charity accounting and reporting: a fertile field for exploration. **Irish Accounting Review**, v. 18, n. 2, p. 1-30, 2011.

IRVINE, H. From go to woe: how a not-for-profit managed the change to accrual accounting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 24, n. 7, pp. 824-847, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema **de Contas Nacionais - Brasil 2000-2005** (comunicação social). Rio de Janeiro: IBGE, 2007^a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=844> Acesso em: 19 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Estudos & Pesquisas – Informação Econômica: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Guia das melhores práticas de governança para fundações e institutos empresariais**. 2. ed. São Paulo: IBGC – GIFE (Grupo de institutos fundações e empresas), 2014.

_____. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2009.

INSTITUTO ETHOS; IBOPE INTELIGÊNCIA. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas – Pesquisa 2010**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

JACOBS, Fred A.; MARUDAS, Nicholas, P. The combined effect of donation price and administrative inefficiency on donations to US nonprofit organizations. **Financial Accountability & Management**, Oxford, v. 25, n. 1, p. 33-53, 2009.

JACOBS, Fred A.; MARUDAS, Nicholas, P. **Whether U.S. donors reward nonprofit organization operating efficiency**: an examination of Frumkin and Kim (2001). In: Presented at the proceedings of the 2003. Conference of the International Academy of Business and Public Administration Disciplines, New Orleans, LA, 2003.

JACOBS, F. A.; MARUDAS, N. P. The combined effect of donation price and administrative inefficiency on donations to US nonprofit organizations. **Financial Accountability & Management**, v. 25, n. 1, p. 33-53, 2009.

JOBOME, Gregory O. Public funding, governance and pass through efficiency in larg UR Charities. **Corporate Governance: an International Review**, v. 14, n. 1, p. 43-39, 2006.

KEARNS, K. The Strategic management of accountability in Nonprofit organizations: an analytical framework. **Public Administration Review**, v. 54, n. 2, p. 185-192, 1994.

KEATING, Elizabeth K. et al. Misreporting fundraising: how do nonprofit organizations account for telemarketing campaigns? **The Accounting Review**, Sarasota, v. 83, n. 2, p. 417-446, 2008.

KEATING, Elizabeth K.; FRUMKIN, Peter. Reengineering nonprofit financial accountability: toward a more reliable foundation for regulation. **Public Administration Review**, Washington, v. 63, n. 1, p. 3-15, 2003.

KISIL, Marcos. **Considerações sobre a eficiência, eficácia e sustentabilidade das organizações da sociedade civil**. São Paulo: IDIS, 2005. Disponível em: <<https://www.idis.org.br/consideracoes-sobre-a-eficiencia-eficacia-e-sustentabilidade-das-organizacoes-da-sociedade-civil/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

KHUMAWALA, S. B; GORDON, T. P. Bridging the credibility of GAAP: individual donor and the new accounting standards for nonprofit organizations. **Accounting Horizons**, Sarasota, v. 11, n. 3, p. 45-68, 1997.

KHANNA, J.; POSNETT, J.; SANDLER, T. Charity donations in the UK: new evidence based on panel data. **Journal of Public Economics**, v. 56, n. 2, p. 257-272, 1995.

KHANNA, J.; SANDLER, T. Partners in giving: the crowding-in effects of UK government grants. **European Economic Review**, v. 44, n. 8, p. 1543-1556, 2000.

KLUVERS, R.; TIPPETT, J. Mechanisms of accountability in local government: an exploratory study. **International Journal of Business and Management**, v. 5, n. 7, p. 46-53, 2010.

KOSLINSKI, M. C. **Um estudo sobre ONGs e suas relações de accountability**. 2007. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - UFRJ/IFCS/Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2007.

LAWRY, R.P. Accountability and nonprofit organizations: an ethical perspective. **Nonprofit Management and Leadership**, v. 6, n. 2, p. 171-180, 1995.

LeCLERC, Guy. et al. **Accountability, performance reporting, comprehensive audit: an integrated perspective**. Ottawa: Canadian Comprehensive Auditing Foundation, 1996.

LOPEZ, Félix Garcia (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

MARCUELLO, C.; SALAS, V. Nonprofit organizations, monopolistic competition, and private donations: evidence from Spain. **Public Finance Review**, v. 29, n. 3, p. 183-207, 2001.

MARUDAS, N. P.; JACOBS, F. A. Determinants of charitable donations to large U.S. higher education, hospital, and scientific research NPOs: new evidence from panel data. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, Manchester, v. 15, n. 2, p. 157-179, 2004.

MARUDAS, N. P.; HAHN, T.; JACOBS, F. A. An improved model of effects of accounting measures of inefficiency on donations. **Journal of Finance and Accountancy**, n. 15, p. 1-15, 2014.

MEDEIROS, P. M; GALVÃO, N. M. S.; OLIVEIRA, M. R. G. Relevância da informação contábil para captação de recursos em entidades sem fins lucrativos. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 15., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2015.

MCGANN, James; JOHNSTONE, Mary. The power shift and the NGO credibility crisis. **International Journal of Not-for-profit Law**, v. 8, n. 2, p. 65-77, 2005.

MEGLIORINI, Evandir et al. Amostragem. In: CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coord.). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. São Paulo: Atlas, 2004.

MEREGE, L. C. Terceiro Setor: finalmente no PIB. **Integração - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Terceiro Setor da FGV-EAESP**, São Paulo, edição abril de 2007. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano10/04/editorial.htm>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MILANI FILHO, Marco Antônio F. **Transparência e opacidade no terceiro setor: a divulgação financeira de organizações filantrópicas**. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. **Anais...** Curitiba - PR, Brasil, 2008.

MILANI FILHO, Marco Antonio F. Avaliação de desempenho de organizações filantrópicas: uma abordagem quantitativa baseada na eficiência. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 9, n. 18, p. 101-120, 2011.

MOORE, M. Managing for value: organizational strategy in for-profit, nonprofit, and governmental organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 183-204, 2000.

NAKAGAWA, Masayuki; RELVAS, Tania Regina Sordi; DIAS FILHO, José Maria. Accountability: a razão de ser da contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 1, n. 3, p. 83-100, 2007.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **Ação social e terceiro setor no Brasil**. 2005. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - São Paulo-SP, 2005.

OKTEN, C.; WEISBROD, B. A. Determinants of donations in private nonprofit markets. **Journal of Public Economics**, v. 75, n. 2, p. 255-272, 2000.

PINTO, W.S. A. A racionalidade da práxis administrativas em fundações corporativas. **Revista de administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 330-342, 2003.

PIZA, S. C. de T. et al. A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do

município de São Paulo-SP. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 3, p. 78-97, 2012.

PORTULHAK, Henrique et al. A qualidade da prestação de contas das entidades do terceiro setor: uma análise a partir de sua relação com o comportamento dos doadores individuais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 36, n.1, p. 45-63, 2017.

POSNETT, John; SANDLER, Todd. Demand for charity donations in private non-profit Markets: the case of the U.K. **Journal of Public Economics**, v. 40, n. 2, p. 187-200, 1989.

RASSART, C.; MILLER, H. **The effective not-for-profit board**: a value-driving force. Ottawa: Deloitte Centre for Corporate Governance, 2013.

ROBERTS, John. The possibilities of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 16, n. 4, p. 355-368, 1991.

_____. The manufacture of corporate social responsibility: Constructing corporate sensibility. **Organization**, v. 10, n. 2, p. 249-265, 2003.

ROMZEK, Barbara S.; MELVIN, J. Accountability in the Public Sector: lessons from the challenger tragedy. **Dubnick Public Administration Review**, v. 47, n. 3, p. 227-238, 1987.

ROSSETTI, J. P. **Governance and the work of the board**. Kansas City: University of Missouri, 2007.

_____. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2011.

RUELA, Andreia Filipa Gomes; ALBUQUERQUE, Cristina Pinto. **Accountability no terceiro setor em Portugal**: perspectivas, desafios e oportunidades. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

_____; _____. **Intervenção social e processos de accountability**: como conciliar interesses e expectativas entre diferentes stakeholders. Lusíada. Intervenção Social, Lisboa, n. 42/45, 2013.

RYAN, C.; IRVINE, H. J. Not-for-profit ratios for financial resilience and internal accountability: a study of Australian international aid organizations. **Australian Accounting Review**, v. 22, n. 2, p. 177-194, 2012.

SALAMON, L. M.; SOKOLOWSKI, S. W. Toward a civil society index: measuring the dimensions of the civil society sector. **Working Paper of the Johns Hopkins Center for Civil Society Studies**, Baltimore, MD: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 2003.

SALAMON, L.; ANHEIER, H. Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 9, n. 3, p. 213-248, 1998.

SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmut. In search of the nonprofit sector I: the question of definitions. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 3, n. 2, 1992.

SALAMON, L. M.; TICE, H. **Measuring nonprofit institutions in national accounts**. OECD Statistics Newsletter (April), 2003.

SANTOS, Leonardo L. S.; ALVES, Ricardo C.; ALMEIDA, Kenneth, N. T. A Formação da estratégia nas micro e pequenas empresas: um estudo no centro-oeste mineiro. In: ENCONTRO DE ESTRATÉGIA, 3., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Reinvenção solidária e participativa do estado. **Oficinas do CES**, Coimbra, n. 134, 1999. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/134.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SANTOS, Patrícia Cardoso dos; SILVA, Maria Edna Manguieisa. O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do terceiro setor. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Março/Abril, n. 170, p. 35-46, 2008.

STEWART, J.D. The role of Information in public accountability. **Issues in Public Sector Accounting**, v. 17, p. 13-34, 1984.

SROUR, R. H. **Ética empresarial: a gestão da reputação**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

THE BOSTON CLUB. **Stability isn't progress: The 2015 Census of Women Directors and Chief Executives of Massachusetts' Largest Nonprofit Organizations**. Boston, 2015. Disponível em: <http://www.thebostonclub.com/index.php/download_file/view/552/1/>. Acesso em: 5 nov. 2017.

TINKELMAN, D. Factors affecting the relation between donations to not-for-profit organizations and an efficiency ratio. **Research in Government and Nonprofit Accounting**, n. 10, p. 135-161, 1999.

TINKELMAN, D.; DONABEDIAN, B. Decomposing the elements of nonprofit organizational performance. **Research in Governmental and Nonprofit Accounting**, n. 12, p. 75-98, 2009.

TINKELMAN, D.; MANKANEY, K. When is administrative efficiency associated with charitable donations? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, San Francisco, v. 36, n. 1, p. 41-64, 2007.

TUCKMAN, H. P.; CHANG, Cyril F. A methodology for measuring the financial vulnerability of charitable nonprofit organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 20, n. 4, p. 445-460, 1991.

TERCEIRO SETOR: A sociedade por ela própria. **Revista Brasileira de Administração**, v. 12, n. 38, p. 30-36, 2002.

TRUSSEL, J. M.; GREENLEE, J. S. A financial rating system for charitable nonprofit organizations. **Research in Government and Nonprofit Accounting**, n. 11, p. 93-116, 2004.

TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. Financial reporting factors affecting donations to charitable not-for-profit organizations. **Advances in Accounting**, Oxford, n. 23, p. 263-285, 2007.

TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. Fundamental analysis of not-for-profit financial statements: an examination of financial vulnerability measures. **Research in Government and Nonprofit Accounting**, n. 12, p. 35-49, 2008.

ZAINON, S.; ATAN, R.; WAH, Y. An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. **Asian Review of Accounting**, v. 22, n. 1, p. 35–55, 2014.

ZAINON, S. et al. Associations between organizational specific-attributes and the extent of disclosure in charity annual returns. **International Journal of Mathematical Models and Methods in Applied Sciences**, v. 3, n. 6, p. 482-489, 2012.

ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. Nível de evidência contábil de organizações do terceiro setor. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 85-94, 2016.

ZHUANG, J.; SAXTON, G. D.; WU, H. Publicity vs. impact in nonprofit disclosures and donor preferences: a sequential game with one nonprofit organization and N donors. **Annals of Operations Research**, v. 21, n. 215, p. 1-23, 2011.

WEISBROD, B. A.; DOMINGUEZ, N. D. Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free-rider behavior? **Journal of Public Economics**, v. 30, n. 1, p. 83–95, 1986.

WORTH, M. J. **Nonprofit management: principles and practice**. Los Angeles: SAGE, 2013.